

RELATÓRIO DE GESTÃO

2025



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

SUMÁRIO

UMA MENSAGEM DO MINISTRO	6
CONTEXTO E MATERIALIDADE	8
CAPÍTULO 1 • VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
1.1. Identificação, missão e visão	11
1.2. Indicação das principais normas direcionadoras, com links de acesso	12
1.3. Estrutura Organizacional, incluindo as Estruturas de Governança	12
1.4. Cadeia de Valor e Macroprocessos	13
1.5. PPA 2024-2027 - objetivos, metas e resultados 2025	15
1.6. Informações sobre contratos de gestão firmados e valor gerado pelo MCom	16
1.7. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo MCom	17
CAPÍTULO 2 • RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	19
2.1. Principais riscos (desafios e as incertezas) identificados	20
2.2. Principais oportunidades identificadas	21
CAPÍTULO 3 • GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	23
3.1. Atuação da Estrutura de Governança e relacionamento com a sociedade e as partes interessadas	24
3.2. Objetivos estratégicos, responsáveis e vinculação com o PPA	25
3.3. Planos de curto prazo e resultados alcançados	28
3.4. Resumo dos resultados dos programas e projetos estratégicos	28
3.5. Sustentabilidade	30
3.6. Principais ações de supervisão, controle e correição	31
CAPÍTULO 4 • INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	35
4.1. Resumo da situação financeira do MCOM e da evolução 2025x2024	36
4.2. Contas relativas aos fundos de financiamento e resultados	37
4.3. Principais fatos contábeis e situação financeira em 2025	38
4.4. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas	39

em relação a conclusões ou eventuais apontamentos	
4.5. Locais de acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas	40
4.6. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis	40

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS	42
----------------------------------	-----------

Anexo 1 - Gestão de Pessoas	43
Anexo 2 - Licitações, Contratos, Convênios e Transferências	47
Anexo 3 - Resultados Governança das Entidades Vinculadas	50
Anexo 4 - Tabela de Riscos Estratégicos	51
Anexo 5 - Indicadores Estratégicos	52
Anexo 6 - Gestão da Tecnologia da Informação	55

MISSÃO MCom

Ampliar e aprimorar a oferta de serviços de telecomunicações, radiodifusão e postais, para inclusão digital e integração nacional.

VISÃO

Ser reconhecido por iniciativas em comunicações e conectividade universal e significativa, contribuindo para a redução das desigualdades e para a democratização do acesso às tecnologias e à informação.



Uma Mensagem do Ministro

O **Relatório de Gestão de 2025** apresenta à sociedade brasileira os principais resultados alcançados pelo Ministério das Comunicações na implementação de políticas públicas voltadas à expansão da conectividade, à inclusão digital, à modernização da radiodifusão e ao fortalecimento da governança institucional. As iniciativas descritas nos próximos capítulos mostraram-se fundamentais para democratizar o acesso à informação e às redes digitais, colaborando de forma direta para o desenvolvimento econômico, a competitividade nacional e o exercício da cidadania no país. O contexto de atuação, a missão institucional e a visão de futuro do Ministério são abordados no **Capítulo 1**, que oferece a base para a compreensão da estratégia e da geração de valor público da pasta. Nele também estão apresentados os eixos temáticos que orientam o relatório.

Ao longo de 2025, o MCom concentrou esforços na ampliação do acesso à internet e na redução das desigualdades regionais de conectividade. Entre os principais resultados, destacam-se a ampliação da cobertura **4G em mais de 2,7 mil localidades** afastadas dos grandes centros, a expansão do **5G para mais de 1,3 mil municípios** e iniciativas estruturantes, como infovias, redes metropolitanas e conectividade em órgãos públicos. Esses resultados estão detalhados no **Capítulo 1**, na parte relativa aos objetivos, metas e resultados do **PPA**, e no **Capítulo 3**, dedicado à governança, estratégia e desempenho.

Outro avanço relevante foi o fortalecimento da inclusão digital no ambiente educacional e em áreas de vulnerabilidade social. Em 2025, foi atingida a marca de **96 mil escolas públicas com internet de alta velocidade para fins pedagógicos**, beneficiando mais de **23,9 milhões de estudantes**. Também merecem destaque o atendimento a cerca de **93 mil estudantes pelo Programa Internet Brasil**, a manutenção de milhares de pontos do **Wi-Fi Brasil/GESAC** e as ações de capacitação digital.

No campo da inovação tecnológica e da radiodifusão, o ano foi marcado por iniciativas que projetam o Brasil para o futuro das comunicações. Destaca-se a instituição da **TV 3.0** como novo padrão da televisão digital brasileira, incorporando **ultra-alta definição (UHD)**, interatividade e integração com a internet, preservando o caráter gratuito da TV aberta. Há avanços também na ampliação das outorgas e autorizações de rádio e televisão e na digitalização da TV aberta. O detalhamento dessas entregas está no **Capítulo 3** e nos indicadores apresentados nos anexos.

O Ministério também aprimorou seus mecanismos de governança, planejamento, integridade, supervisão e monitoramento de resultados, fortalecendo sua capacidade institucional de formular, implementar e avaliar políticas públicas. Nesse sentido, destacaram-se a implantação do **Sistema Ágatha de Gestão de Riscos**, o uso do sistema **MCom Visão** para monitoramento estratégico, o fortalecimento das ações de controle interno, correição, ouvidoria e supervisão ministerial, além do aperfeiçoamento das práticas de transparência e **accountability**. Esses temas são apresentados com mais profundidade nos **Capítulos 2 e 3**, que tratam, respectivamente, dos riscos, oportunidades e perspectivas e da governança, estratégia e desempenho institucional.

Por fim, o **Capítulo 4** traz as informações orçamentárias, financeiras e contábeis que deram suporte à execução das políticas coordenadas pelo Ministério. Nessa parte, é possível verificar a aplicação dos

recursos públicos e compreender a importância dos fundos **FUST** e **FUNTEL** para o desenvolvimento do setor.

Os resultados apresentados neste relatório refletem o trabalho conjunto entre o **MCom** e suas entidades vinculadas (**Anatel**, **Telebras** e **Correios**), além dos diversos parceiros institucionais que atuam para ampliar o acesso da população às tecnologias digitais, fortalecer os serviços postais, modernizar a radiodifusão e expandir a infraestrutura de telecomunicações no Brasil.

Por fim, declaro que sou responsável por assegurar a integridade deste Relatório de Gestão, garantindo que as informações nele apresentadas são fidedignas, completas e consistentes com os resultados da atuação institucional do Ministério das Comunicações no exercício de 2025.

Frederico de Siqueira Filho
Ministro das Comunicações





CONTEXTO E MATERIALIDADE

1. Contexto



As comunicações exercem papel estratégico no desenvolvimento econômico, social e territorial do Brasil. As infraestruturas de telecomunicações, radiodifusão e serviços postais são essenciais para o acesso à informação, à comunicação, às políticas públicas, à educação, à saúde, ao comércio e à participação cidadã.

Nesse cenário, o Ministério das Comunicações (MCom) atua na formulação, coordenação e implementação de políticas públicas voltadas à expansão da conectividade, à inclusão digital, ao fortalecimento da radiodifusão e à universalização e melhoria da qualidade dos serviços postais, respondendo aos desafios da transformação digital, da evolução tecnológica e da redução das desigualdades regionais.

Em 2025, destacaram-se avanços na ampliação da conectividade móvel e fixa, na consolidação de políticas estruturantes de inclusão digital, na modernização da radiodifusão — com a instituição da TV 3.0 — e no fortalecimento da governança e da qualidade dos serviços

postais. Essas iniciativas foram conduzidas de forma articulada com órgãos e entidades da administração pública, entes federativos, setor produtivo e sociedade civil, em alinhamento às diretrizes do Governo Federal.

Este Relatório de Gestão apresenta, de forma integrada, como a estratégia, a governança, o desempenho institucional e a atuação das entidades vinculadas ao MCom contribuíram para a geração de valor público ao longo do exercício de 2025.

2. Materialidade

A materialidade das informações deste Relatório foi definida conforme a Estrutura Internacional para Relato Integrado (IIRC), considerando como materiais os temas que afetam ou podem afetar, de forma significativa, a capacidade da Unidade Prestadora de Contas de gerar valor no curto, médio e longo prazos.

O processo considerou:

- (i) os limites da entidade do relato financeiro, abrangendo ações, programas, projetos, recursos e resultados sob controle ou influência significativa do MCom; e
- (ii) riscos, oportunidades e impactos associados a outras entidades e partes interessadas que influenciam a geração de valor público.

Foram utilizados, entre outros, os seguintes critérios: relevância estratégica, impacto social, materialidade financeira e operacional, riscos e oportunidades, e expectativas das partes interessadas, além das orientações dos órgãos de controle.

Com base nesses critérios, o Relatório concentra-se na apresentação dos insumos, atividades, processos, produtos e resultados mais relevantes para demonstrar como o MCom transformou diretrizes estratégicas em entregas à sociedade em 2025, observando a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, a Decisão Normativa TCU nº 198/2022 e demais normativos aplicáveis.

1

**VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE
EXTERNO**



1.1. Identificação, missão e visão

O Ministério das Comunicações – MCom é um órgão da administração pública federal direta.

A edição da Lei nº 14.600, em 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, concedeu à SECOM o status de Ministério, retirando-a da estrutura do MCom, que passou a ter as seguintes competências, in verbis:

Art. 23. Constituem áreas de competência do Ministério das Comunicações:

- I - política nacional de telecomunicações;
- II - política nacional de radiodifusão;
- III - política nacional de conectividade e de inclusão digital;
- IV – serviços postais, serviços digitais, telecomunicações e radiodifusão; e
- V - rede nacional de comunicações, incluída a rede privativa de comunicação da administração pública federal.

Atualmente, o MCom é regido pelo Decreto nº 12.537, 27 de junho de 2025, e suas competências regimentais estão descritas na Portaria MCom nº 19.228, de 1º de agosto de 2025, sendo que além das Secretarias finalísticas de Telecomunicações e de Radiodifusão, que definem as políticas públicas do MCom, este possui como órgãos vinculados a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, e a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras.

Em 2024, a partir da união de esforços colaborativos de diversos atores internos do órgão, elaborou-se o Planejamento Estratégico Institucional - PEI no MCom para o período de 2024-2027.

A ideia da Jornada Estratégica era desenvolver um PEI que fosse

coerente, representativo, consistente e transformador. Desta maneira, os elementos norteadores da atuação do MCom são:

MISSÃO

Ampliar e aprimorar a oferta de serviços de telecomunicações, radiodifusão e postais, para inclusão digital e integração nacional.

VISÃO

Ser reconhecido por iniciativas em comunicações e conectividade universal e significativa, contribuindo para a redução das desigualdades e para a democratização do acesso às tecnologias e à informação.

A Missão do MCom sintetiza seu propósito fundamental e reflete o compromisso institucional de ampliar e qualificar a oferta de serviços de telecomunicações, radiodifusão e postais, setores essenciais para a conectividade, a coesão social e o desenvolvimento do País. Ao reconhecer a centralidade desses serviços para a inclusão digital e a integração nacional, o Ministério orienta sua atuação para a promoção de um acesso equitativo e de qualidade às infraestruturas e às tecnologias de comunicação, em benefício da população brasileira.

A Visão institucional expressa a aspiração de consolidar o Ministério das Comunicações como referência em iniciativas voltadas à conectividade universal e significativa, orientadas à redução das desigualdades regionais e sociais e à democratização do acesso à informação e às tecnologias. Nesse sentido, a atuação do MCom busca fortalecer políticas públicas que ampliem oportunidades, impulsionem a inovação e assegurem que os benefícios da transformação digital alcancem, de forma sustentável, todos os cidadãos.

Os Valores expressam a fonte de orientação e inspiração para os colaboradores sobre os padrões de comportamento desejados. Os valores do MCOM são:

Comunicação Efetiva – Valorizamos a comunicação entre

todos, priorizando a informalidade para alinhamentos antes da formalização;

Relações de Confiança – Cultivamos um ambiente de lealdade e transparência em todas as relações com nossos colegas;

Respeito ao Combinado – Comprometemo-nos a respeitar o que foi acordado, tanto em relação aos resultados quanto aos prazos estabelecidos;

Decisões Coletivas – Reconhecemos e valorizamos a participação e opinião de cada membro da equipe para fortalecer a tomada de decisão;

Foco nas Soluções – Encorajamos a iniciativa de abordar os problemas com uma mentalidade voltada para soluções, buscando alternativas sempre que nos deparamos com desafios; e
Prática da Empatia – Valorizamos a escuta empática em nossas interações, buscando ser gentis e colaborativos uns com os outros.

1.2. Indicação das principais normas direcionadoras, com links de acesso

As normas que norteiam a atuação do MCom perante a sociedade e o Governo Federal são:

1. [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
2. [Decreto nº 12.537, de 27 de junho de 2025](#), que aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.
3. [Portaria MCom nº 19.228, de 1º de agosto de 2025](#), que aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.

Maiores informações sobre atos normativos que regem a atuação do órgão podem ser acessadas na página do Ministério das Comunicações: [MCom.gov.br/legislacao](https://mcom.gov.br/legislacao).

1.3. Estrutura Organizacional, incluindo as Estruturas de Governança

A estrutura organizacional do MCom, de acordo com o Decreto nº 12.537 de 27 de junho de 2025, está disposta conforme o organograma a seguir:

Figura 1: Estrutura Organizacional MCom



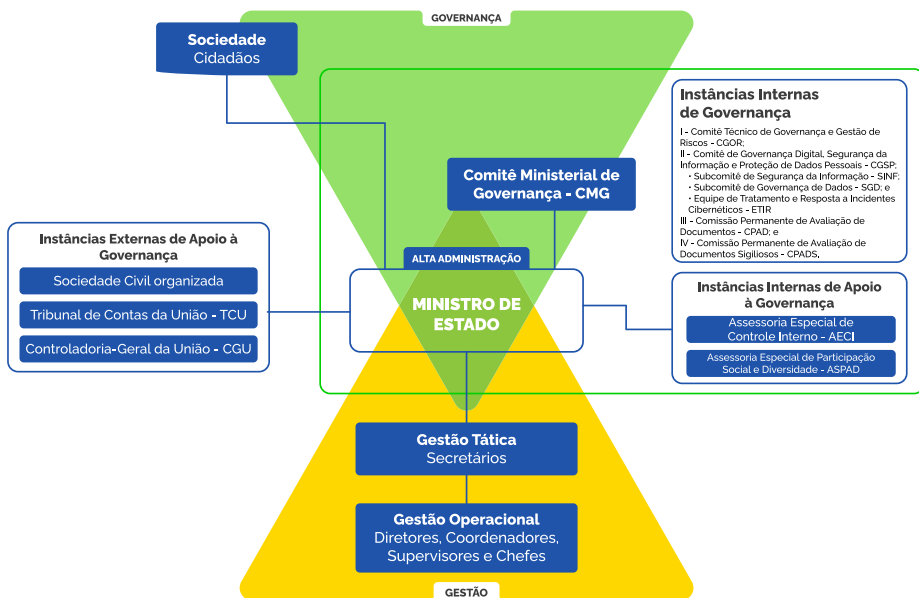
Fonte: Elaboração própria

Destaca-se que, com a publicação do novo Regimento Interno, pela Portaria MCOM nº 19.228, de 1º de agosto de 2025, a partir do Decreto nº 12.537, de 27 de junho 2025, que alterou a Estrutura Regimental do MCOM, foi criada, subordinada à Secretaria Executiva - SEXEC, a Subsecretaria de Governança das Entidades Vinculadas - SEVI, dedicada ao aprimoramento da supervisão ministerial, sendo responsável pela supervisão e coordenação das atividades de governança, de formulação e de proposição de políticas, de diretrizes, de objetivos e de metas das entidades vinculadas ao Ministério. A criação da subsecretaria representa um avanço institucional relevante, ao fortalecer a articulação

com as entidades vinculadas, ao estruturar procedimentos de acompanhamento e monitoramento, e ao consolidar práticas de governança orientadas a resultados. Essa iniciativa contribui para decisões mais qualificadas, maior previsibilidade institucional e melhoria contínua da gestão, reforçando o compromisso do MCom com a eficiência, a integridade e o interesse público.

A Política de Governança do MCom foi estabelecida pela Portaria nº 20.054, de 10 de outubro de 2025, e está constituída em instâncias internas e externas de governança e de apoio, sendo que na instância externa está o controle social organizado, incluindo ali os órgãos de controle e de defesa do Estado, enquanto na instância interna está o Comitê Ministerial de Governança – CMG e respectivos Comitês (e subcomitês) Técnicos, além da Assessoria Especial de Controle Interno – AECl e a Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD. A figura a seguir representa o modelo de governança adotado pelo Ministério:

Figura 2: Estrutura de Governança MCom



Fonte: Elaboração própria

1.4. Cadeia de Valor e Macroprocessos

A Cadeia de Valor do MCom foi delineada em 2023 e é composta por 7 (sete) macroprocessos finalísticos e 7 (sete) de governança e suporte, conforme figura abaixo.

Figura 3: Cadeia de Valor e Macroprocessos



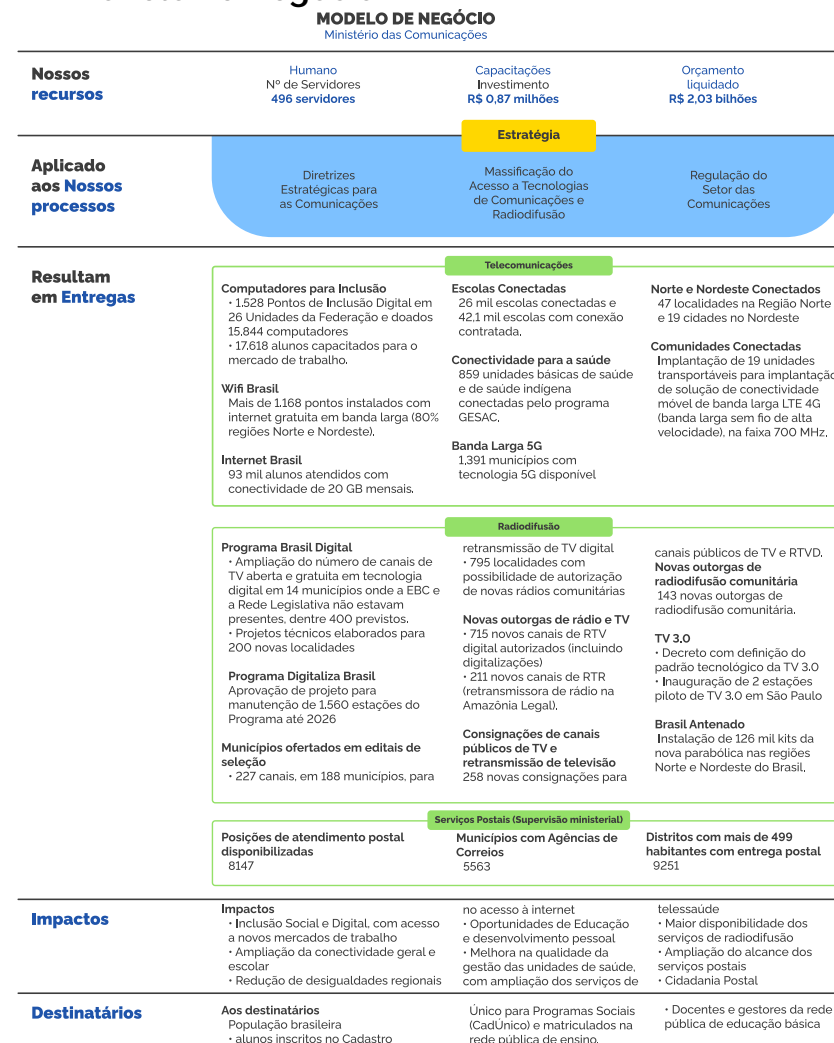
Fonte: Elaboração própria

Mais informações sobre a cadeia de valor do MCom estão disponíveis em nosso [sítio eletrônico](#).

1.4.1 Valor Público e Modelo de Negócios

A seguir, na figura Modelo de Negócios estão sintetizados como o MCom atua para transformar seus insumos e estratégias em valor público, na forma de entregas e impactos, em benefício dos destinatários de nossas políticas públicas.

Figura 4: Modelo de Negócio



Fonte: Elaboração própria

1.5. PPA 2024-2027 - objetivos, metas e resultados 2025

O MCom possui 01 (um) programa no PPA 2024-2027. O programa **2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação** está estruturado com 9 objetivos específicos, sendo que 4 deles são de responsabilidade do MCom e os demais são de responsabilidade da Telebras e dos Correios. O quadro abaixo sintetiza os principais resultados do MCom no âmbito do PPA 2024-2027, com a relação de objetivos específicos de sua responsabilidade, suas metas e valores alcançados em 2025.

Tabela 1 – Resultados do PPA em 2025

Objetivo Específico	Indicador	Unidade de Medida	Sentido do Indicador	Valor Previsto	Valor Executado
0097 - Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações.	Número de pedidos de registro de propriedade intelectual no ano de referência	Unidade por ano	Quanto maior melhor	30	47
0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa.	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que são usuárias da Internet	Percentual	Quanto maior melhor	91,7	89,14
0151 - Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.	Número de pessoas capacitadas em cursos de TICs	Pessoas capacitadas	Quanto maior melhor	39.069	39.014
0157 - Expandir a Digitalização da TV Aberta	Número de novos canais digitais de TV autorizados	Número absoluto	Quanto maior melhor	1200	1.658

Fonte: SIOP - monitoramento 2025

Com relação ao Objetivo Específico 0097 - *Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações*, a meta de 30 pedidos de registro de propriedade intelectual estabelecida para o exercício foi superada em 17 registros, totalizando 47 pedidos em 2025. Tal desempenho decorre da otimização da aplicação de recursos nos projetos de pesquisa apoiados, que resultou no aumento da maturidade tecnológica das soluções desenvolvidas

e, conseqüentemente, na ampliação dos pedidos de proteção da propriedade intelectual.

No que tange ao Objetivo Específico 0105 - *Promover a inclusão digital e a conectividade significativa*, embora a meta tenha sido praticamente alcançada, é importante destacar que o resultado referente ao ano de 2025 ainda não está disponível, pois, conforme a metodologia adotada pelo IBGE, os dados da PNAD Contínua TIC de um determinado ano são tradicionalmente divulgados no ano seguinte. Portanto, as informações de 2025 serão publicados apenas em 2026.

Até o momento, os dados mais recentes disponíveis são os de 2024, divulgados em 24 de julho de 2025, conforme publicação oficial do IBGE.

Segundo essa edição da pesquisa, 89,14% das pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a Internet em 2024, o que representa aproximadamente 167,999 milhões de indivíduos (Tabelas SIDRA 7326 e 7327).

Para mais informações, sugere-se acessar: PNAD Contínua TIC – IBGE <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

Com relação ao Objetivo Específico 0151, a não superação total da meta se deu pelo atraso no repasse de recursos financeiros para os projetos pactuados com os Centros de Recondicionamento de Computadores em 2024 e com o Projeto Carreta Digital.

Finalmente, com relação ao Objetivo Específico 0157 - *Expandir a Digitalização da TV Aberta*, as seguintes ações contribuíram para a superação da meta inicialmente prevista para o número de novos canais de TV Digital aberta:

- Novas autorizações de RTVD para diversas entidades em situação de reuso de frequência ou canal de rede exclusivo;
- Consignações de canais para a EBC e Câmara dos Deputados para implantação de estações do Programa Brasil Digital;
- Concessão de novas consignações de canais digitais (RTVD) de antigos canais analógicos.

1.6. Informações sobre contratos de gestão firmados e valor gerado pelo MCom

Em 2025, os contratos de gestão firmados ou acompanhados pelo MCom constituíram instrumentos estratégicos de governança, voltados ao fortalecimento da capacidade operacional do Estado, à inovação tecnológica e à sustentabilidade das políticas públicas de conectividade e comunicações, contribuindo diretamente para a geração de valor público.

CONTRATO DE GESTÃO MCTI–RNP

(MCom como interveniente)

Objeto

Fomento, gestão e execução de ações em ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em TIC, por meio de ciberinfraestrutura avançada.

Principais iniciativas com entregas em 2025

- Norte Conectado / Infovias Estaduais / Nordeste Conectado;
- Conexão nas Escolas;
- Programa Internet Brasil;
- Projeto TV 3.0 – Fase 4 (P&D avançado).

Resultados-chave em 2025

- Gestão do compartilhamento das infovias e formação de

- consórcios operadores neutros;
- Conclusão de 19 das 20 cidades polo do Nordeste Conectado;
- Conectividade de 1.271 escolas atendidas pela RNP em transição para soluções estruturantes;
- Cerca de 93 mil estudantes atendidos com chips de 20 GB mensais em 287 municípios do Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte;
- Execução de recursos para P&D da TV 3.0.

Valor público gerado

- Ampliação da conectividade de alta capacidade em áreas remotas
- Melhoria da qualidade e estabilidade das conexões públicas
- Integração entre redes acadêmicas e políticas públicas
- Disponibilização de acesso gratuito à internet em banda larga móvel para alunos da educação básica integrantes de famílias do CadÚnico e conectividade para estabelecimentos públicos de ensino
- Estímulo à inovação e à indústria nacional de telecomunicações

CONTRATO DE GESTÃO MCOM–TELEBRAS (2025)

Objeto

Regular o processo de transição da Telebras para o regime de estatal não dependente e estabelecer instrumento de governança para acompanhamento de desempenho e alinhamento estratégico às políticas públicas.

Eixos de atuação

- Governança corporativa
- Sustentabilidade econômico financeira
- Monitoramento de metas e indicadores

Resultados-chave em 2025

- Assinatura do Contrato de Gestão em setembro de 2025

- Alinhamento de rotina de monitoramento de metas, indicadores e projeções
- Fortalecimento da supervisão ministerial

Valor público gerado

- Fortalecimento da governança das estatais
- Maior eficiência na execução das políticas públicas
- Ampliação da transparência e controle de resultados
- Sustentabilidade de serviços estratégicos

1.7. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo MCom

O MCom mantém relacionamento permanente com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços públicos que produz, atuando de forma articulada com órgãos da administração pública, entes federativos, instituições de controle, parceiros institucionais e a sociedade civil. Essas interações, influenciadas por fatores regulatórios, tecnológicos e sociais, ocorrem ao longo de todo o ciclo das políticas públicas — do planejamento ao monitoramento — e contribuem para o alinhamento estratégico das ações do Ministério às demandas da sociedade, promovendo eficiência, transparência e geração de valor público.

No relacionamento direto com a sociedade, a Ouvidoria do MCom assegura canal permanente de escuta e tratamento de manifestações e pedidos de acesso à informação, fortalecendo a transparência e o controle social. De forma complementar, a Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPAD) promove o diálogo com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos, por meio de ações de escuta e participação social que contribuem para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas do Ministério.

Na sua atuação finalística, o MCom mantém interlocução direta

e indireta com beneficiários e parceiros institucionais. Destaca-se a atuação da Secretaria de Telecomunicações na relação com beneficiários dos programas Wi-Fi Brasil/GESAC e com a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, bem como a articulação com a Telebras na execução de políticas de conectividade. No campo da inovação tecnológica, a Secretaria de Radiodifusão participa de instâncias interinstitucionais, como o Comitê Executivo da TV 3.0, contribuindo para a definição de diretrizes e para o alinhamento das políticas de comunicações às transformações tecnológicas e às necessidades da sociedade.

E, nas relações com os órgãos que regulam o serviço postal internacional, assim como na supervisão e na coordenação das atividades de governança das entidades vinculadas, atua a Subsecretaria de Governança das Entidades Vinculadas.

No que se refere ao ambiente internacional, o MCom atua na representação do Brasil junto às seguintes organizações postais: União Postal Universal - UPU, União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP e Comissão Temática de Assuntos Postais - CTAP do Mercosul.

Nesse contexto, a Subsecretaria de Governança das Entidades Vinculadas acompanha e participa das atividades dessas organizações internacionais mencionadas, com destaque para as seguintes ações ocorridas em 2025:

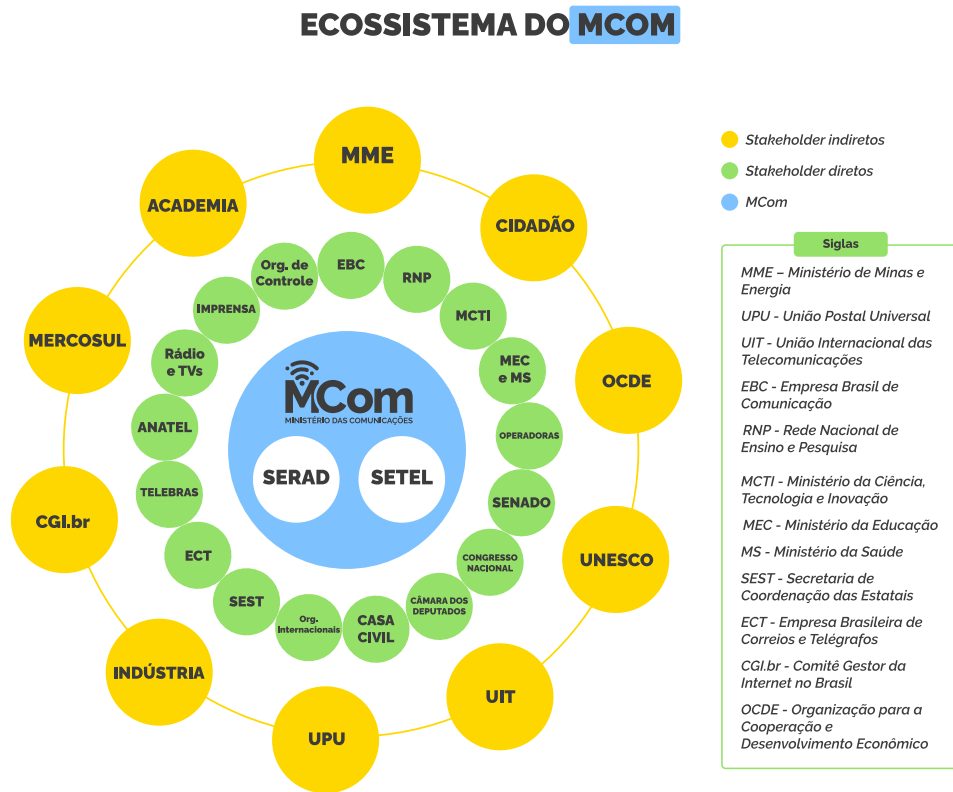
- realização da Reunião Preparatória para o 28º. Congresso Postal Universal, em São Luís, com participação dos 38 países membros da UPAEP;
- 28º. Congresso Postal Universal em Dubai. Na ocasião, o Brasil foi eleito para integrar o Conselho de Administração e o Conselho de Operações Postais da União Postal Universal – UPU, no mandato 2026-2029.

No âmbito das relações bilaterais, em 2025 foram firmados Memorandos de Entendimento com ministérios / reguladores

da Arábia Saudita, China, Índia, Japão e Uruguai. Esses acordos decorrem das ações do MCom em busca de parcerias que fortaleçam a presença internacional do País e contribuam para o aprimoramento das competências nos pilares regulatório e operacional.

As relações descritas estão sintetizadas na figura abaixo.

Figura 5: Ecosistema MCom



Fonte: Elaboração própria

2

**RISCOS,
OPORTUNIDADES
E PERSPECTIVAS**



2.1. Principais riscos (desafios e as incertezas) identificados

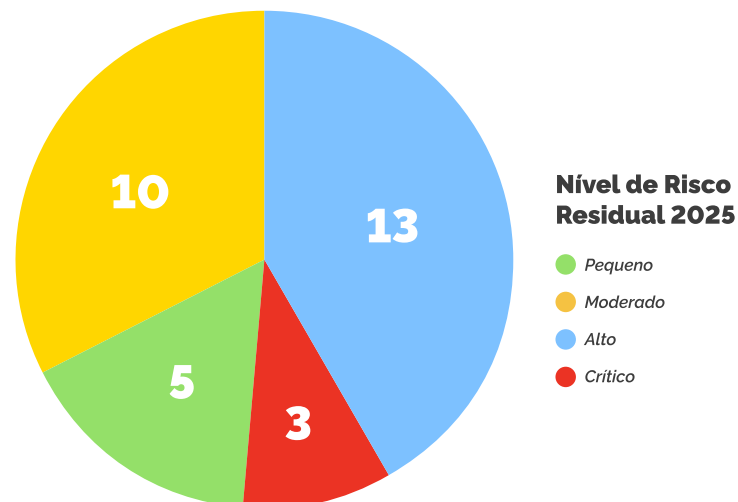
Sistema Ágatha de Gestão de Riscos



No exercício de 2025, o MCom manteve o monitoramento sistemático dos riscos associados aos seus objetivos estratégicos e processos institucionais, conforme a Política de Governança do MCom e as diretrizes de governança e gestão de riscos da Administração Pública Federal. A partir da evolução alcançada com a implementação do Sistema Ágatha de Gestão de Riscos (veja mais informações na seção Governança), foram identificados 31 riscos estratégicos, quantitativo 29% superior ao registrado em 2024, reflexo do aprimoramento dos mecanismos de identificação e avaliação no âmbito da gestão de riscos. Do total mapeado, 30 riscos contam com respostas estruturadas e planos de controle definidos, permanecendo um risco sem plano de controle devido ao nível baixo (Frustração de receitas da contribuição para o Funttel), para o qual o gestor responsável optou por “aceitar”, possibilidade essa permitida de acordo com o apetite a risco definido pelo MCom na Resolução nº 1/2022 do Comitê Ministerial de Governança.

Veja a seguir mais informações sobre os Riscos Estratégicos do MCom, com seus níveis e percentual de implementação dos respectivos planos de controle.

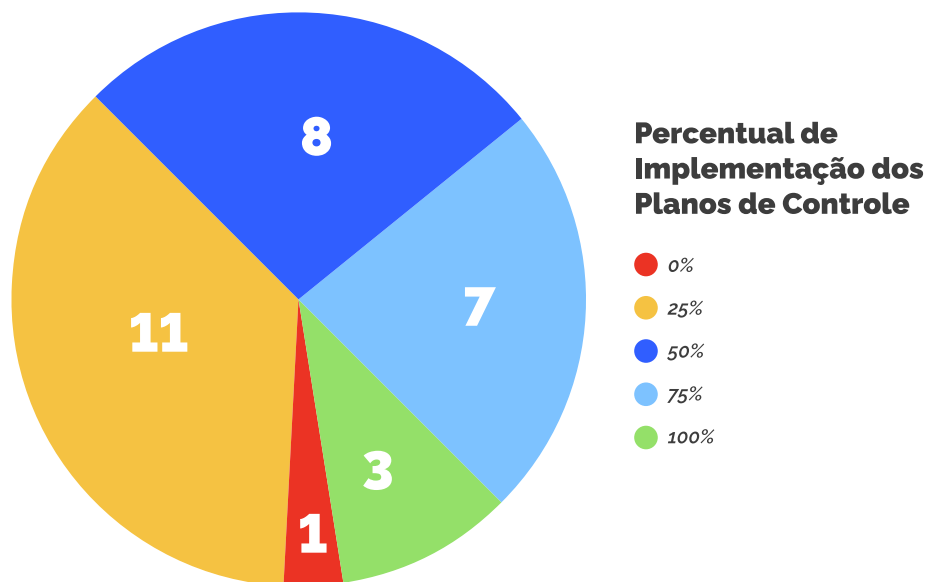
Gráfico 1 – N° Total de riscos residuais (unidade)



Fonte: Elaboração própria

Quanto ao nível de implementação dos 30 planos de controle estabelecidos, observa-se a seguir que 10% encontram-se integralmente concluídos, enquanto 23% apresentam grau de execução de aproximadamente 75%. Outros 27% registram implementação em torno de 50%, e 37% situam-se em estágio inicial de execução, com cerca de 25% de implementação. Apenas 3% dos planos de controle ainda não tiveram início de execução. A distribuição evidencia que a totalidade dos riscos mapeados possui medidas de tratamento formalmente definidas e em diferentes estágios de implementação, demonstrando o funcionamento contínuo do ciclo de gestão de riscos e o acompanhamento sistemático pelas unidades responsáveis.

Gráfico 2 – % Implementação dos Planos de Controle



Elaboração própria. Unidade de medida: unidade. Obs: os números acima representam os riscos com planos de controle registrados.

A lista completa de riscos estratégicos pode ser encontrada no anexo 4 deste relatório.

Conheça mais informações sobre a Política de Gestão de Riscos do MCom em nosso [sítio eletrônico](#).

2.2. Principais oportunidades identificadas

Em 2025, o MCom identificou oportunidades relevantes para ampliar sua capacidade institucional de atingir objetivos estratégicos e gerar valor público, especialmente nos eixos de transformação digital, inclusão, modernização regulatória e fortalecimento da governança setorial.

O conjunto dessas oportunidades amplia a capacidade do Ministério de:

- fortalecer políticas públicas de comunicações;

- expandir a conectividade e a inclusão digital;
- modernizar marcos regulatórios;
- e gerar valor público por meio de inovação, articulação institucional e uso estratégico de recursos.

As oportunidades mapeadas estão associadas a ações estruturantes, instrumentos de financiamento, articulação institucional e evolução normativa, conforme destaques a seguir.

Radiodifusão e inovação tecnológica

Principais oportunidades:

- financiamento estruturante para implantação da TV 3.0 com apoio de organismos internacionais (BID e Banco Mundial);
- modernização do arcabouço regulatório do setor de radiodifusão;
- ampliação do Programa Brasil Antenado e do acesso à TV aberta gratuita;
- desenvolvimento e submissão ao TCU de nova metodologia de precificação das outorgas do serviço de radiodifusão comercial para lançamento de novas licitações.

Ações para aproveitamento:

- estruturação de projetos e parcerias para uso dos recursos internacionais;
- continuidade da agenda regulatória e de segurança jurídica;
- expansão da oferta de serviços de radiodifusão e fortalecimento do setor produtivo.

Telecomunicações e inclusão digital

Principais oportunidades:

- consolidação do Plano Nacional de Inclusão Digital (PNID);
- formulação de políticas estruturantes: cabos submarinos, data centers e conectividade em rodovias;
- ampliação do uso de radiofrequências para cobertura móvel em áreas desassistidas;
- expansão da conectividade em escolas públicas e iniciativas de inclusão digital.

Ações para aproveitamento:

- articulação interministerial e multissetorial para implementação do PNID;
- utilização coordenada de instrumentos regulatórios e de planejamento setorial;
- integração com programas educacionais e de desenvolvimento regional.

Instrumentos de financiamento - fundos setoriais**Principais oportunidades:**

- operacionalização e ampliação do uso de recursos do Fust e do Funttel;
- financiamento de projetos de infraestrutura e conectividade;
- apoio a pequenas e médias operadoras e expansão da cobertura digital.

Ações para aproveitamento:

- estruturação de editais e linhas de financiamento;
- integração com políticas públicas de inclusão digital e conectividade;
- monitoramento de resultados e priorização de investimentos estratégicos.

Programas estruturantes de inclusão e capacitação**Principais oportunidades:**

- expansão da conectividade em escolas públicas;
- fortalecimento do Programa Computadores para Inclusão;
- capacitação digital de populações em situação de vulnerabilidade.

Ações para aproveitamento:

- ampliação de parcerias institucionais e territoriais;
- integração com políticas educacionais e de qualificação profissional;
- estímulo ao uso social e produtivo das tecnologias digitais.

Cooperação internacional e inserção estratégica**Principais oportunidades:**

- liderança brasileira no BRICS em temas de TIC e conectividade;
- cooperação em redes do futuro, inteligência artificial e infraestrutura digital;
- troca de experiências e construção de agendas comuns.

Ações para aproveitamento:

- fortalecimento da participação em fóruns internacionais;
- internalização de boas práticas e tecnologias emergentes;
- articulação para projetos multilaterais.

Governança e modernização institucional**Principais oportunidades:**

- modernização do marco normativo do setor postal;
- fortalecimento da supervisão ministerial sobre entidades vinculadas;
- aprimoramento do acompanhamento de contratos de gestão e avaliação de resultados.

Ações para aproveitamento:

- implementação de instrumentos de monitoramento e avaliação;
- uso de evidências para tomada de decisão;
- fortalecimento da transparência e da governança institucional.

3

**GOVERNANÇA,
ESTRATÉGIA E
DESEMPENHO**



3.1. Atuação da Estrutura de Governança e relacionamento com a sociedade e as partes interessadas

A estrutura de governança do MCom orienta e acompanha a implementação da estratégia institucional em reuniões periódicas, onde são acompanhados e avaliados os resultados alcançados no âmbito do PEI e do PPA, sobretudo quanto à geração de valor público. A instância máxima responsável por liderar e monitorar o processo decisório é o Comitê Ministerial de Governança – CMG, composto pela alta liderança do órgão, e conta com o apoio de comitês temáticos e subcomitês instituídos na Política de Governança, responsáveis pelo acompanhamento dos resultados institucionais, da execução das diretrizes estratégicas e do desempenho organizacional.

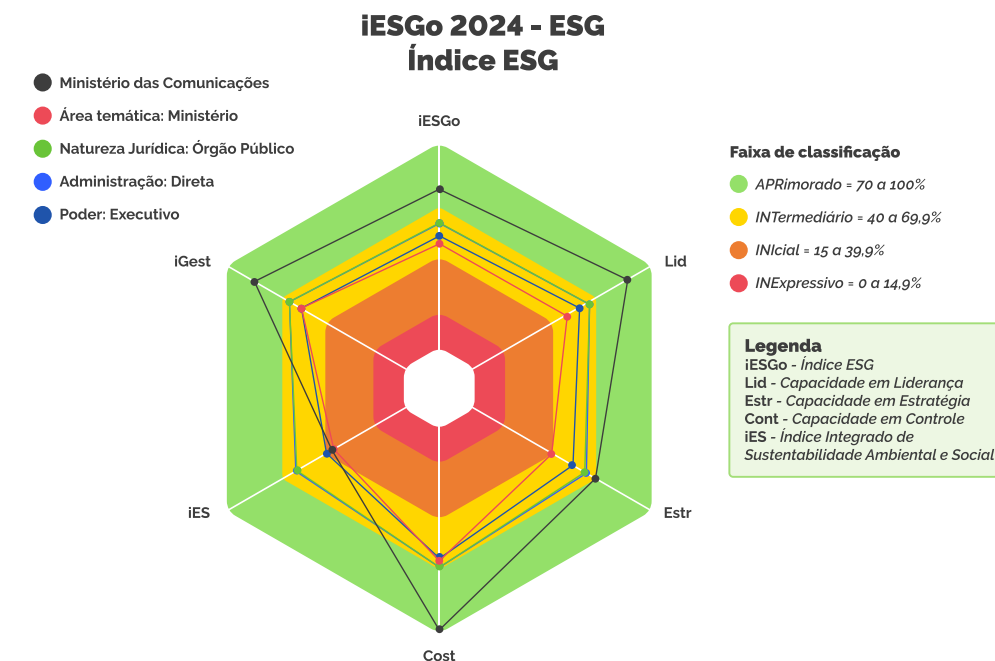
A atuação da governança também se manifesta na condução de temas estratégicos relacionados à capacidade institucional de gerar valor público, incluindo a supervisão da execução das políticas de comunicações, o acompanhamento sistemático dos riscos institucionais, a articulação com partes interessadas e o fortalecimento da transparência e da accountability. Nesse contexto, a governança exerce papel central na orientação estratégica, na influência sobre a tomada de decisão e no monitoramento dos resultados institucionais.

O relacionamento com a sociedade e as partes interessadas constitui elemento estruturante da governança institucional. As demandas e expectativas de cidadãos, usuários dos serviços, entes federativos, setor produtivo, parceiros institucionais e órgãos de controle são consideradas na formulação da estratégia, na definição de prioridades e na supervisão das políticas públicas. Esse processo é apoiado por mecanismos de transparência, participação social, articulação interinstitucional e canais permanentes de diálogo, reforçando a legitimidade das decisões e a aderência das ações ministeriais às necessidades sociais.

As atas das reuniões do CMG e demais comitês do MCom estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/comites>

No âmbito da avaliação da maturidade das práticas de governança e gestão, o Ministério vem adotando medidas alinhadas aos referenciais estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União. No levantamento mais recente, materializado no Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão – iESGo 2024, o MCom alcançou pontuação de 77,1%, posicionando-se entre os melhores desempenhos da Administração Pública Federal. A análise comparativa indica desempenho superior à média dos agrupamentos de referência – ministérios, órgãos da Administração Direta e Poder Executivo – em cinco dos seis componentes avaliados, conforme gráfico reproduzido abaixo.

Gráfico 3 – Resultados MCom índice iESGo 2024



Fonte: Relatório TCU - página 5 - disponível no seguinte endereço: https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/iESGo2024-716-MCom.pdf

Embora o índice iESGo não tenha sido mensurado pelo TCU em 2025, o MCom promoveu iniciativas para aprimorar sua governança no exercício, conforme destaques abaixo:

- Implantação do Sistema Ágatha de Gestão de Riscos:
 - 6 oficinas de capacitação, com 51 servidores capacitados;
 - 100% das Unidades de Gestão de Riscos capacitadas;
 - uma das melhores práticas em gestão pública para a gestão de riscos, tomada de decisão e alinhamento aos normativos vigentes;
 - aumento do nº de riscos estratégicos mapeados

Mais informações sobre nossos riscos estratégicos podem ser observados na seção Riscos e Oportunidades deste relatório.

- Implantação do Sistema MCom Visão:
 - ferramenta desenvolvida pelo SERPRO para gestão estratégica de projetos, processos e indicadores;
 - Acompanhamento contínuo e integrado de projetos estratégicos
 - Aumento da agilidade na tomada de decisão e promoção da transparência para a população e órgãos de controle
 - Segurança Digital: Hospedado na nuvem de Governo do Serpro, garante alta segurança da informação, protegendo os dados do cidadão e da gestão.

No componente relativo à sustentabilidade ambiental e social, identificaram-se oportunidades de aprimoramento, que passaram a orientar medidas institucionais adotadas em 2025, tais como a implementação do Plano de Logística Sustentável e a edição de normativos voltados à incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas. Essas iniciativas refletem o processo contínuo de evolução da governança institucional e o alinhamento às diretrizes contemporâneas de gestão pública.

Ao liderar, influenciar e acompanhar a direção estratégica do

Ministério, a estrutura de governança contribui para o cumprimento da missão institucional, a realização da visão de futuro e a promoção dos valores organizacionais, assegurando maior efetividade, legitimidade e sustentabilidade às políticas públicas de comunicações e à geração de valor para a sociedade.

3.2. Objetivos estratégicos, responsáveis e vinculação com o PPA

Os objetivos estratégicos do Ministério das Comunicações estão estruturados a partir do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2024–2027) e alinhados ao Plano Plurianual (PPA), assegurando coerência entre a direção estratégica, a execução das políticas públicas e a geração de valor para a sociedade.

A governança institucional acompanha a execução desses objetivos por meio das instâncias colegiadas e dos mecanismos de monitoramento estratégico, promovendo a articulação entre as unidades responsáveis e a vinculação dos resultados aos programas e ações do PPA.

No período, a atuação ministerial orientou-se pelos seguintes 9 objetivos estratégicos identificados no Mapa Estratégico MCom:

Figura 6 – Mapa Estratégico MCom 2024-2027



Fonte: Elaboração própria

Cada objetivo estratégico encontra correspondência com programas, ações e iniciativas previstos no PPA 2024–2027, o que permite integrar planejamento estratégico e planejamento governamental, orientar a alocação de recursos e monitorar resultados e impactos das políticas públicas conduzidas pelo Ministério.

As Secretarias finalísticas e as áreas de suporte institucional atuam como responsáveis pela implementação das iniciativas associadas a cada objetivo estratégico, assegurando a integração entre planejamento, execução e monitoramento. Esse arranjo fortalece a coordenação institucional e contribui para maior efetividade na entrega de resultados à sociedade.

A vinculação entre PEI e PPA também orienta a definição de indicadores, metas e prioridades institucionais, contribuindo para o aprimoramento da gestão, a transparência das ações governamentais e o acompanhamento sistemático da efetividade das políticas públicas de comunicações no período, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 2 – Alinhamento PEI – PPA

Objetivo Estratégico	Objetivo Geral PPA-2024-2027	Objetivos Específicos PPA 2024-2027	Unidade Responsável
Estimular o desenvolvimento de inovações e novas tecnologias que favoreçam a transformação do setor de radiodifusão brasileiro	1251 – Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados	0157 - Expandir a Digitalização da TV Aberta	SERAD
Promover a expansão da oferta de serviços de rádio e TV aberta		0157 - Expandir a Digitalização da TV Aberta	SERAD
Promover a inclusão digital e a conectividade significativa		0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	SETEL
Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade		0151 - Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.	SETEL

Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações	1251 – Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados	O097 – Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações	SETEL
Promover a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos a toda a sociedade		O294 – Promover o acesso universal ao atendimento dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade; e O295 - Promover o acesso universal à distribuição dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade.	SEVI / Correios*
Valorizar o capital humano**	—	—	SEXEC
Aprimorar e evoluir a Governança**	—	—	SEXEC
Promover a participação e representação social**	—	—	ASPAD

Fonte: Elaboração própria

*Embora oficialmente os objetivos específicos O294 e O295 sejam de responsabilidade dos Correios, a atuação do MCom como órgão supervisor também contribui para o alcance dos resultados associados.

**Os objetivos estratégicos Valorizar o capital humano, Aprimorar e evoluir a Governança e Promover a participação e representação social não apresentam correspondência direta com objetivos específicos do PPA 2024-2027, tendo em vista que o Plano Plurianual discrimina somente objetivos específicos associados a programas finalísticos.

3.3. Planos de curto prazo e resultados alcançados

No exercício de 2025, o Ministério das Comunicações executou planos de curto prazo orientados ao alcance de objetivos anuais vinculados à modernização regulatória, à expansão da conectividade e ao fortalecimento das políticas públicas setoriais. Os principais resultados alcançados, em comparação com as metas pactuadas, destacam-se a seguir:

- **Revisão do Arcabouço Legal do Setor Postal:**

Atualização do marco regulatório postal brasileiro, com a publicação do Decreto nº 12.464, de 21 de maio de 2025, que regulamenta a Lei Postal e estabelece diretrizes para a prestação dos serviços postais e de telegrama no território nacional e para o exterior.

- **Transição da Telebras para o Orçamento de Investimento:**

Apoio técnico e institucional à estruturação das condições necessárias à transição da empresa para a condição de estatal não dependente do Tesouro Nacional, com a formalização do Contrato de Gestão entre o Ministério das Comunicações e a Telebras em setembro de 2025.

- **Conclusão do desligamento do sinal analógico de televisão:**

Finalização da migração integral para o sinal digital em todo o território nacional, marco histórico que encerra o ciclo da televisão analógica e cria as bases para a evolução tecnológica da TV aberta, incluindo a implementação futura da TV 3.0.

- **Conectividade móvel ampliada:**

Realização de 2 leilões reversos e execução de aproximadamente R\$ 250 milhões em recursos remanescentes do Leilão 4G para instalação de Estações de Rádio Base e ampliação da cobertura de telefonia móvel e internet banda larga em localidades não sede municipal e áreas estratégicas definidas por políticas

públicas federais.

- **Escolas Conectadas:**

Avanço da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, com 96 mil escolas públicas atendidas em 2025 (69,7% do total nacional), sendo 26 mil unidades conectadas diretamente por políticas do MCom. Adicionalmente, 42,1 mil escolas tiveram contratação realizada, assegurando continuidade da expansão da conectividade nos anos seguintes.

De forma geral, os resultados demonstram aderência entre planejamento e execução, com cumprimento das metas prioritárias e avanços concretos na modernização regulatória, na expansão da infraestrutura de conectividade e na ampliação do acesso da população aos serviços de comunicações, contribuindo para a geração de valor público e para o atendimento das demandas da sociedade.

3.4. Resumo dos resultados dos programas e projetos estratégicos

O presente item apresenta o resumo dos principais resultados alcançados em 2025 no âmbito dos programas e projetos estratégicos do Ministério das Comunicações, organizados conforme os Objetivos Estratégicos definidos no Mapa Estratégico institucional. A abordagem privilegia a demonstração de resultados e de geração de valor público, evidenciando a contribuição das iniciativas para o cumprimento das prioridades estratégicas do Ministério.

OE 01 – Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações (SETEL)

Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
FUNTTTEL - Fomento à inovação em telecomunicações	Em 2025, os recursos do Funttel financiaram iniciativas voltadas à inovação, expansão da capacidade produtiva e aquisição de equipamentos de telecomunicações com tecnologia nacional. Destaca-se o financiamento de R\$ 117,2 milhões à empresa Lightera Latam S.A para desenvolvimento de soluções ópticas avançadas para data centers, redes de comunicação e aplicações em IoT e machine learning. No total, mais de 20 empresas acessaram linhas de crédito operadas pelo BNDES e pela Finep, somando R\$ 327 milhões contratados. Também foram destinados recursos não reembolsáveis a projetos de pesquisa, como o 5G Saúde, voltado à telemedicina, além da aprovação de novas iniciativas em áreas estratégicas de fronteira tecnológica, incluindo redes 6G, inteligência artificial generativa e tecnologias descentralizadas para segurança na internet.

OE 02 – Promover a inclusão digital e a conectividade significativa (SETEL)	
Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Conectividade em Escolas (ENEC)	Conexão de 96 mil escolas públicas com internet adequada para fins pedagógicos, beneficiando diretamente mais de 23,9 milhões de estudantes.
Wi-Fi Brasil / GESAC	Operação de 13.242 pontos de acesso gratuito à internet em banda larga até outubro de 2025. Desse total, 8.940 conexões instaladas em escolas foram migradas para a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE). Em decorrência dessa migração, 4.302 pontos permaneceram sob gestão direta do Ministério das Comunicações (MCom), dos quais aproximadamente 80% estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. Entre os atendimentos remanescentes, destacam-se 1.291 escolas públicas, 1.043 unidades de saúde, 182 comunidades quilombolas e 126 comunidades indígenas Mais informações sobre o Wi-Fi Brasil podem ser acessadas aqui .
Comunidades Conectadas	Implantação de 19 unidades transportáveis de conectividade móvel LTE 4G (700 MHz); estruturação contratual para ampliação da política pública, com previsão de instalação de até 200 unidades em áreas rurais sem cobertura.
PROGRAMA AMAZÔNIA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL (PAIS) – Norte Conectado	Conexão de 70 localidades amazônicas e atendimento a mais de 900 pontos públicos (escolas, hospitais, prefeituras, órgãos do Judiciário e outras instituições públicas); impacto direto em mais de 7,5 milhões de pessoas, com avanço na implantação de infovias estratégicas na Região Amazônica. Para mais informações, acesse aqui .
Nordeste Conectado	Implantação de equipamentos para promover a infraestrutura de comunicações no Nordeste. Com a conclusão das redes metropolitanas de Barreiras, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, o programa alcançou 19 das 20 cidades-polo previstas, em seis estados do Nordeste (BA, CE, PB, PE, PI e RN). Para mais informações, acesse aqui .
Infovia Digital do Maranhão	Acordo para implantação de Redes Metropolitanas e de trechos de longa distância (Backhaul) em fibra óptica no Estado do Maranhão. Investimento estimado de R\$ 117 milhões; atendimento a 25 municípios e ativação de conectividade em 80 instituições públicas essenciais.
Rede Privativa da Administração Pública	Implantação de redes de comunicações móvel e fixa para atendimento a até 6.500 prédios da administração pública federal em todas as capitais do Brasil. Em 2025, foi finalizada a implantação dos anéis metropolitanos e está sendo implantada a primeira fase da rede de acesso, com 414 prédios atendidos e previsão de início da operação pela Telebras a partir de março de 2026. Na rede móvel, foi contratada a plataforma de missão crítica e estão sendo integrados os órgãos de segurança pública do DF, a saber: controladoras da PMDF, Exército, Câmara e Senado. O início da operação pela Telebras está previsto para março de 2026.
Projetos Prioritários	O Governo Federal, em 2025, recebeu 11 projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura no setor de telecomunicações, viabilizando a emissão de até R\$ 8 bilhões em debêntures incentivadas, com a finalidade de incentivar a ampliação das redes nacionais. A Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024, instituiu as debêntures de infraestrutura e alterou as regras para a emissão das debêntures incentivadas, criadas pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Por sua vez, o Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, regulamenta os critérios e as condições para emissão de ambos os tipos de debêntures e terá regras específicas para o setor de telecomunicações e radiodifusão conforme portaria ministerial futura.
Expansão do 4G e Implantação do 5G	Ampliação da quantidade de antenas 5G em todas as capitais (de 1 para cada 30 mil habitantes para 1 para cada 10 mil habitantes). Além disso, ampliação da cobertura 4G para mais de 2,7 mil localidades afastadas dos grandes centros urbanos; implantação de backhaul óptico com alcance de 507 municípios; cobertura 5G em mais de 1,3 mil municípios, alcançando mais de 56 milhões de acessos. Um aumento de 18 milhões de usuários em 12 meses.

OE 03 – Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade (SETEL)	
Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Conectividade para a área da saúde	Foram conectadas 859 unidades básicas de saúde, reforçando o compromisso interministerial com a ampliação da conectividade e o acesso a serviços digitais de qualidade em todo o Brasil.
Programa Internet Brasil	Atendimento a cerca de 93 mil estudantes da rede pública inscritos no CadÚnico, em 1.073 instituições, em 287 municípios nos estados do Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, por meio da oferta de chips de dados móveis com franquia mensal de 20 GB para acesso a conteúdos educacionais digitais.

OE 04 – Estimular o desenvolvimento de inovações e novas tecnologias que favoreçam a transformação do setor de radiodifusão brasileiro (SERAD)	
Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
TV 3.0 – Nova geração do Sistema Brasileiro de Televisão Digital	Publicação do Decreto nº 12.595, de 27 de agosto de 2025, que instituiu a TV 3.0 como novo padrão da televisão digital brasileira, incorporando transmissão em ultra-alta definição (4K e 8K), som imersivo, interatividade e integração plena com a internet, preservando o caráter gratuito da TV aberta. O início das transmissões está previsto para o 1º semestre de 2026, consolidando a TV aberta como vetor de inovação tecnológica e fortalecimento da comunicação pública.

OE 05 – Promover a expansão da oferta de serviços de rádio e TV aberta (SERAD)	
Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Programa Brasil Digital	Novas outorgas de rádio e televisão
	Autorização de novas outorgas de rádio e TV aberta em âmbito nacional (conforme quadro abaixo) e adaptação de estações para tecnologias mais modernas (68 migrações para tecnologias mais modernas – OM-FM e OC/OT-FM), contribuindo para a ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços de radiodifusão.

Novas outorgas de Rádio e Televisão no Brasil					
Serviço	Retransmissão de Televisão (RTV)	Rádio (atos de autorização do Poder Executivo)	Contratos de Concessão (TV) / Permissão (Rádio) Assinados (Comercial e Educativa)	Retransmissão de rádio (RTR)	Rádio Comunitária
Novas outorgas	717	18	22	211	143

OE 06 – Promover a universalização e a melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos (SEVI)	
Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Política de Universalização Postal e Qualidade dos Serviços	<p>Indicadores e resultados (Portaria MCom nº 15.441/2024):</p> <p>1) Percentual de posições de atendimento disponíveis: 99,21% (8.147 das 8.212 posições de atendimento previstas).</p> <p>2) Percentual de Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes atendidos com Entrega Postal: 96,12% (9.251 dos 9.624 distritos elegíveis).</p> <p>3) Metas de qualidade de entrega:</p> <p>3.1 - Percentual de entrega de Carta e Cartão-Postal (simples e registrado) no prazo: 89,76%, o que significa atendimento de 96,52% da meta estabelecida em 93%.</p> <p>3.2 - Percentual de entrega de Impresso (simples e registrado) no prazo: 91,54%, o que significa atendimento de 98,43% da meta estabelecida em 93%.</p> <p>3.3 - Percentual de entrega de Encomenda Não Urgente (sem valor declarado) no prazo: 90,51%, o que significa atendimento de 95,27% da meta estabelecida em 95%.</p> <p>4) Metas de Redução de emissão de gases de efeito estufa:</p> <p>4.1) Escopos 1 e 2 : redução, no primeiro semestre de 2025, de 12.077,33 tCO₂e, em relação às 2.855,05 tCO₂e estabelecidas para o ano, e</p> <p>4.2) Escopos 1, 2 e 3: redução, no primeiro semestre de 2025, de 74.495,43 tCO₂e, em relação às 9.700,33 tCO₂e estabelecidas para o ano.</p> <p>5) Satisfação com a Rede de Atendimento: 102% da meta, cuja pontuação estabelecida foi de 9,1 e a ECT atingiu 9,3. Pesquisas respondidas por 303 mil clientes, que ressaltaram qualidade do atendimento, cordialidade, prestatividade e rapidez. Mais informações no anexo Resultados Governança das Entidades Vinculadas.</p>

OE 07 – Aprimorar e evoluir a Governança (SPOA, STI, COGEP, CGRL)

Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Sistema Ágatha e MCom Visão	<p>Meta alcançada com a implantação do sistema Ágatha de Gestão de Riscos, que visa fortalecer as boas práticas de governança, de forma a ampliar a capacidade institucional de identificar, avaliar e mitigar riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos do MCom.</p> <p>Mais informações estão disponíveis na seção Riscos e Oportunidades e Atuação da Estrutura de Governança.</p>
Implantação do Sistema MCom Visão para o monitoramento dos projetos estratégicos	Adoção de ferramenta de apoio ao monitoramento dos projetos estratégicos facilitando uma visão gerencial completa e permitindo que as tomadas de decisão da alta administração sejam mais céleres e assertivas.
Painéis gerenciais e automatização de processos	Implementação de painéis gerenciais para acompanhamento de programas estratégicos, como o Programa Computadores para Inclusão e o Programa 5G, integrados a ferramentas de monitoramento governamental, bem como a automatização de processos de análise de projetos no âmbito do FUST, ampliando a eficiência, a transparência e a celeridade decisória.

OE 08 – Promover a participação e representação social (ASPAD)

Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Fortalecimento da participação e do controle social nas políticas de comunicações	<p>Intensificação da articulação institucional com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos territoriais; realização de ações de escuta ativa e busca ativa nos territórios; apoio à participação social em agendas interministeriais e em instâncias do Sistema Nacional de Participação Social, contribuindo para o fortalecimento do controle social e para o aprimoramento da governança democrática das políticas públicas do setor.</p> <p>*Territórios: espaços sociais e geográficos nos quais se concentram públicos prioritários para as ações de participação social do MCom, tais como territórios quilombolas, periféricos urbanos, indígenas, comunidades rurais, dentre outros.</p>

OE 09 – Valorizar o capital humano (CGGP)

Programa / Projeto Estratégico	Principais Resultados Alcançados em 2025
Gestão de pessoas orientada a resultados e promoção da Qualidade de Vida no Trabalho	Conclusão do primeiro ciclo do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) 2024–2025, instituído pela Portaria MCom nº 12.395/2025, com habilitação de 409 servidores e estagiários e participação de 212 na modalidade integral e 197 na modalidade parcial; consolidação de práticas de gestão orientadas a resultados, transformação digital e inovação; realização de 25 ações de Qualidade de Vida no Trabalho, abrangendo saúde física e mental, diversidade, inclusão e valorização institucional, muitas delas em parceria interministerial, contribuindo para um ambiente organizacional mais colaborativo, saudável e motivador.

Saiba mais sobre os nossos programas, políticas e projetos clicando [aqui](#).

3.5. Sustentabilidade

A sustentabilidade, no âmbito do MCom, é compreendida como a capacidade institucional de gerar resultados econômicos e sociais positivos de forma contínua, assegurando equilíbrio entre responsabilidade financeira, impacto social, integridade institucional e preservação ambiental. Essa abordagem está alinhada ao entendimento de que a continuidade das políticas públicas depende da gestão responsável de recursos, da confiança social, da solidez das práticas de governança e da mitigação de impactos ambientais. Nesse contexto, a sustentabilidade é incorporada à formulação e à execução das políticas públicas de comunicações, considerando seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico, a inclusão social, a modernização institucional e a proteção ambiental. O relatório de gestão constitui instrumento central para evidenciar essa atuação, demonstrando resultados e impactos decorrentes das iniciativas implementadas.

Dimensão financeira

A sustentabilidade financeira relaciona-se à eficiência na aplicação dos recursos públicos e à capacidade de as políticas públicas gerarem resultados econômicos duradouros. Em 2025, destacaram-se iniciativas voltadas à expansão da conectividade,

à inovação tecnológica e ao fortalecimento da infraestrutura de comunicações, com impactos positivos sobre a atividade econômica e a competitividade do setor.

A articulação entre planejamento estratégico, execução orçamentária e monitoramento de resultados contribuiu para:

- maior racionalidade no uso de recursos públicos;
- fortalecimento da sustentabilidade econômico-financeira das políticas públicas;
- ampliação do impacto econômico das ações ministeriais nos setores de telecomunicações, radiodifusão e serviços postais.

Dimensão social

A sustentabilidade social manifesta-se na ampliação do acesso aos serviços de comunicações e na redução das desigualdades digitais.

As políticas públicas conduzidas contribuíram para:

- expansão da conectividade em escolas públicas e comunidades;
- promoção de habilidades digitais e inclusão tecnológica;
- fortalecimento do acesso à informação e aos serviços públicos digitais;
- estímulo à participação social e ao exercício da cidadania.

Essas iniciativas impactam diretamente a qualidade de vida da população e ampliam oportunidades educacionais, produtivas e de acesso a direitos.

Dimensão institucional

A sustentabilidade institucional está associada ao fortalecimento das práticas de governança, transparência e capacidade de planejamento. Em 2025, destacaram-se:

- integração entre planejamento estratégico, gestão de riscos e monitoramento de resultados;
- aprimoramento de mecanismos de supervisão e coordenação institucional;
- ampliação de instrumentos de participação social e diálogo

com as partes interessadas;

- modernização normativa e administrativa.

Essas ações reforçam a legitimidade das decisões públicas e a capacidade do Ministério de gerar valor institucional no longo prazo.

Dimensão ambiental

A dimensão ambiental foi fortalecida com as seguintes ações:

- instituição do Plano Diretor de Logística Sustentável do MCom (PLS 2025–2027), que estabelece diretrizes e metas para racionalização do uso de recursos e incorporação de práticas sustentáveis na gestão administrativa;
- adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações e contratações públicas, incentivando práticas alinhadas aos princípios ambientais, sociais e de governança;
- Programa Computadores para Inclusão, que promove a inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), onde equipamentos eletroeletrônicos são recondicionados para a realização de cursos e oficinas para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, com o descarte correto de resíduos eletrônicos.

Tais medidas contribuem para:

- uso mais eficiente de recursos naturais;
- redução de impactos ambientais;
- promoção de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade.

Mais informações sobre os CRCs podem encontradas no anexo 5 - Indicadores estratégicos.

3.6. Principais ações de supervisão, controle e correição

Em 2025, o Ministério das Comunicações desenvolveu um conjunto articulado de ações de supervisão, controle e correição voltadas ao fortalecimento da governança, da integridade, da transparência e da accountability institucional. Essas ações abrangeram a atuação

da Governança das Entidades Vinculadas, do Controle Interno, da Corregedoria e da Ouvidoria, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a mitigação de riscos administrativos e operacionais. Destaca-se, ainda, a atuação do Controle Interno e da Governança das Estatais com relação ao aprimoramento da supervisão ministerial.

No âmbito do **controle interno**, foram implementadas iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança e da cultura de integridade, com destaque para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria-Geral da União (CGU) e para a condução do Programa de Integridade “[Conecta Integridade](#)” (Ciclo 2024–2026). Destaca-se ainda a publicação a Portaria MCOM nº 18.991/2025, que trata da prevenção do nepotismo e da responsabilização em casos de sua ocorrência. Como resultado, o Ministério alcançou 99% de conformidade no Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP). A unidade também participou de colegiados estratégicos, tais como o Comitê Ministerial de Governança – CMG e o Comitê Técnico de Governança e Gestão de Riscos - CGOR, e acompanhou a tramitação de demandas oriundas de órgãos de controle e instituições de defesa do Estado, reforçando sua atuação preventiva e orientadora.

Em 2025, a quantidade de processos de órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado que tramitaram pelo Controle Interno totalizou 184 (cento e oitenta e quatro) e 7 acórdãos foram publicados pelo TCU referentes ao MCom, conforme demonstrado a seguir:

Controladoria-Geral da União	60 (sessenta) processos
Tribunal de Contas da União	45 (quarenta e cinco) processos
Ministério Público Federal/Estadual/ Trabalho, Polícia Federal, Tribunal de Justiça, Polícia Civil, Justiça Federal	64 (sessenta e quatro) processos
	5 (cinco) processos
	6 (seis) processos
Tomada de Contas Especial	4 (quatro) pronunciamentos ministeriais

Fonte: SEI e Banco de Dados

Tomada de Contas Especial

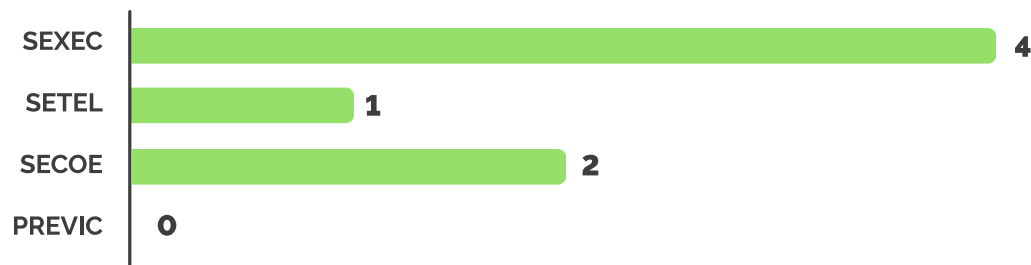
Empresa Brasileira de Correios e
Telégrafos

4 pronunciamentos ministeriais

Fonte: Conecta-TCU e Banco de Dados

Gráfico 4 - Acórdãos publicados pelo TCU

Acórdãos publicados pelo TCU referentes ao MCom durante o exercício de 2025



Fontes: Conecta-TCU e Banco de Dados

A lista completa de acórdãos referentes ao MCom publicados em 2025 pelo Tribunal de Contas da União pode ser acessada em

[Acórdãos do Tribunal de Contas da União – Ministério das Comunicações](#)

Mais informações podem ser obtidas acessando os seguintes endereços:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/MonitoramentoPlanosIntegridade.pdf>

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/dezembro/assessoria-especial-de-controle-interno-consolida-governanca-e-integridade-no-mcom-em-2025>

No campo da **correição**, a Corregedoria realizou 33 análises correcionais, resultando em 13 arquivamentos por ausência de indícios mínimos de irregularidades, 6 por ausência de competência e 3 em razão de apurações já em curso. Foram, ainda, emitidas duas

medidas sanadoras voltadas à melhoria da gestão de contratos e convênios. Destacam-se ainda 13 investigações preliminares sumárias, celebraram-se 2 Termos de Ajustamento de Conduta, instauraram-se 2 processos administrativos disciplinares e foram julgados 2 processos acusatórios. Ao final do exercício, permaneciam em análise 3 denúncias e 1 pedido de revisão na Corregedoria, além de 1 processo disciplinar na Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações.

Paralelamente, destacaram-se ações educativas, como a divulgação do “Minuto da Ética” e de capacitação de servidores, além de iniciativas como o acolhimento e orientação de 15 pessoas afetadas por situações de assédio ou discriminação, contribuindo para um ambiente institucional mais íntegro e respeitoso.

Mais informações podem ser acessadas [aqui](#).

A Ouvidoria exerceu papel central no relacionamento com a sociedade e na promoção da transparência, tendo recebido e tratado 2.305 manifestações ao longo de 2025, entre pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões. Conforme a tabela a seguir, do total de manifestações, 1.493 demandas foram tratadas diretamente no âmbito do Mcom, mediante resposta conclusiva ao manifestante ou arquivamento devidamente fundamentado, e todas foram atendidas dentro dos prazos legais.

Tabela 3 – Dados Ouvidoria

TIPO DE DEMANDAS	TRATADAS PELO MCOM	ENCAMINHADAS PARA OUTRO ÓRGÃO	SUBTOTALS
Acesso à informação	358	25	383
Recurso de 1ª instância	26	-	26
Recurso de 2ª instância	4	-	4
Recurso de 3ª instância	3	-	3
Recurso de 4ª instância	1	-	1
Comunicação	283	175	458
Denúncia	182	123	305
Elogio	11	3	14
Reclamação	142	207	349
Solicitação	451	228	679
Sugestão	32	51	83
Total	1.493	812	2.305

*Fonte: Painel Resolveu, Painel da Lei de Acesso à Informação e relatórios da Plataforma Fala.BR.
Unidade de medida: quantidade de manifestações.*

Conforme pode ser observado a seguir, os indicadores de desempenho demonstraram prazos médios adequados de atendimento e baixa incidência de recursos, evidenciando a qualidade das respostas e a efetividade dos canais de participação e controle social.

- **Manifestações de Ouvidoria:** 16,9 dias;
- **Pedidos de Acesso à Informação:** 14,9 dias;
- **Recursos de 1ª instância:** 6,0 dias;
- **Recursos de 2ª instância:** 7,0 dias.

Mais informações sobre a Ouvidoria podem ser obtidas em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/composicao/assessorias/ouvidoria-1>

No que se refere à **supervisão ministerial**, o Controle Interno atuou nos colegiados Conselho de Administração - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Conselho de Administração - Telecomunicações Brasileiras, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Telebras, Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações, totalizando 86 reuniões.

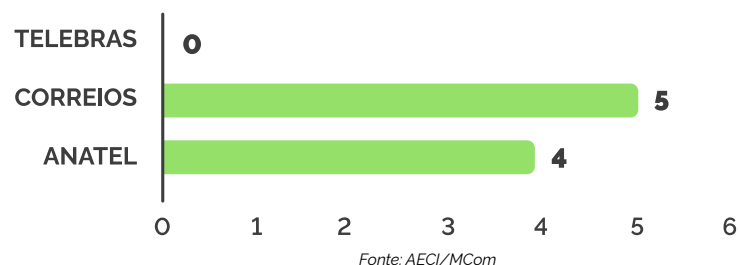
Representou o MCom na Comissão de Solução Consensual (CSC) -

Sercomtel e Comissão de Solução Consensual(CSC) - Algar Telecom S.A, no âmbito do TCU e na Comissão de Solução Consensual (CSC) – Claro, no âmbito da AGU.

gestão e para o aumento da transparência institucional, reforçando a capacidade do MCom de cumprir suas atribuições com eficiência, integridade e orientação a resultados.

Gráfico 5 - Acórdãos publicados pelo TCU

Acórdãos publicados pelo TCU referentes às Entidades Vinculadas durante o exercício de 2025



Atuou, ainda, no acompanhamento da pauta de processos de Tomadas de Contas referentes às entidades vinculadas ao Ministério, dando ciência dos acórdãos exarados à Secretaria-Executiva.

Ainda com relação à supervisão ministerial, destaca-se a atuação da SEVI no acompanhamento estratégico e na orientação das entidades vinculadas, assegurando o alinhamento de suas ações às políticas públicas e à programação governamental, sem prejuízo de sua autonomia administrativa e operacional. Destacaram-se a proposição e o monitoramento de metas institucionais, o acompanhamento de resultados dos Correios, o apoio à formulação de programas e projetos estratégicos, a análise de pleitos tarifários, a elaboração de normativos setoriais e a participação na negociação e no acompanhamento do contrato de gestão da Telebras, além da indicação de representantes do Ministério em instâncias de governança das empresas estatais.

De forma integrada, as ações de supervisão, controle e correição contribuíram para o fortalecimento dos mecanismos de governança, para a prevenção de irregularidades, para o aprimoramento da

4

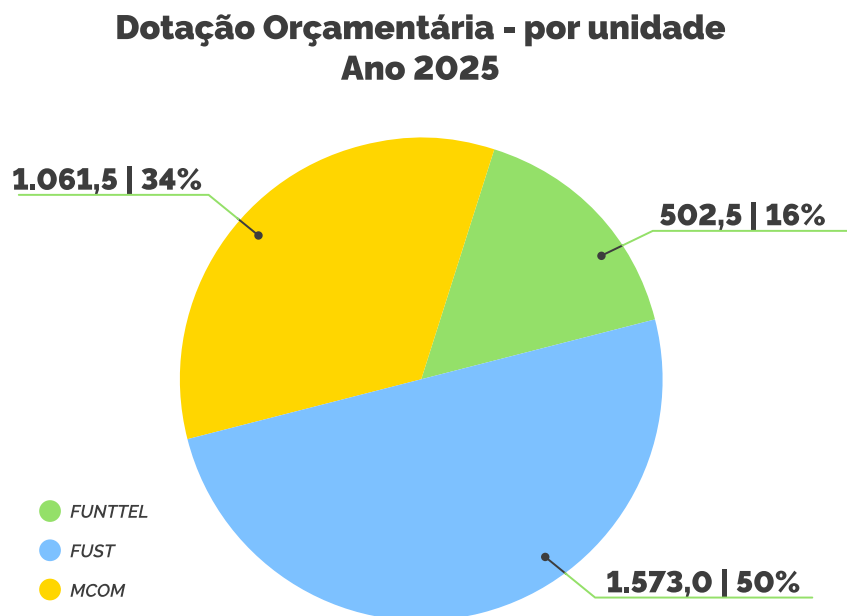
INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS



4.1. Resumo da situação financeira do MCOM e da evolução 2025 x 2024

Os dados a seguir se referem à execução orçamentária e financeira dos orçamentos dos exercícios de 2025 e 2024 do Ministério das Comunicações (MCOM) – Administração Direta, incluindo o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e o Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Além disso, a reserva de contingência foi desconsiderada da análise. Nesse contexto, verifica-se que para o exercício financeiro de 2025, a Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA 2025), e suas alterações, autorizaram a dotação total de R\$ 3,1 bilhões para o Ministério e os Fundos. Desse montante, 50% dos recursos foram destinados ao FUST e 16% ao FUNTTEL, enquanto 34% foram alocados no MCOM.

Gráfico 6: Dotação Orçamentária por Unidade - Ano 2025. Excluída Reserva de Contingência. Valores em R\$ Milhões



Em comparação com o exercício de 2024, percebe-se um aumento de R\$ 711,3 milhões no orçamento, sendo R\$ 307,0 milhões em Resultado Primário 2 – Despesas Discricionárias e R\$ 404,3 milhões em Resultado Primário 1 – Obrigatória. Além disso, constata-se uma ampliação no pagamento das dotações em RP 2 e 1 em 2025, no valor de R\$ 651,4 milhões, em comparação com o ano anterior.

No âmbito das despesas discricionárias, o acréscimo de dotação decorre da transferência da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), nos termos do Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025, do Orçamento Fiscal para o Orçamento de Investimento (OI), uma vez que o processo de transição previsto em Contrato de Gestão prevê o repasse de recursos financeiros do MCom para a empresa, com o objetivo de auxiliar na transição da entidade. Assim, para viabilizar o repasse pelo Ministério foi publicada a Portaria GM/MPO nº 339, de 23 de setembro de 2025, a qual remanejou os créditos orçamentários não utilizados pela Telebras registrados no orçamento fiscal para o MCOM.

No que tange às despesas obrigatórias, o aumento constatado é justificado pela reestruturação administrativa realizada entre o MCOM e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com a participação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que resultou na transposição de servidores ativos, inativos e pensionistas do MCTI para o MCOM no ano de 2025.

Tabela 4 - Execução: comparação dos anos 2024 e 2025. Valores em R\$ Milhões

Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2024	2.104,6	1.563,4	1.399,5	1.388,7
0 - Financeiras	1.731,2	1.221,7	1.213,3	1.213,3
1 - Obrigatórias	72,2	59,3	53,1	49,7
2 - Discricionárias	167,8	166,9	119,9	112,5
3 - Discricionárias PAC	28,9	28,8	9,7	9,7

6 - Emendas Individuais	19,6	15,3	3,6	3,6
7 - Emendas de Bancada	6,2	5,1	-	-
8 - Emendas de Comissão	78,5	66,2	-	-
2025	3.136,9	2.472,2	2.030,0	1.961,2
0 - Financeiras	2.045,0	1.390,8	1.101,9	1.101,9
1 - Obrigatórias	476,5	476,5	453,0	385,5
2 - Discricionárias	474,8	464,8	429,4	428,0
3 - Discricionárias PAC	117,5	117,5	30,0	30,0
6 - Emendas Individuais	22,1	22,1	15,7	15,7
7 - Emendas de Bancada	0,9	0,4	-	-
8 - Emendas de Comissão	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial - acesso em 19/01/2026.

4.2. Contas relativas aos fundos de financiamento e resultado

Tabela 5 – Execução dos Fundos - Ano 2025. Valores em R\$ Milhões

Tipo	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
FUNTTEL	502,5	375,1	375,1	375,1
0 - Financeiras	489,5	362,1	362,1	362,1
0505 - FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS N	489,5	362,1	362,1	362,1
2 - Discricionárias	13,0	13,0	13,0	13,0
00TS - POLÍTICA PRODUTIVA E INOVACAO TECNOLOGICA	13,0	13,0	13,0	13,0
FUST	1.572,9	1.046,1	759,9	759,9
0 - Financeiras	1.542,9	1.016,1	729,9	729,9
00TT - FINANCIAMENTO A PROJETOS DE EXPANSAO, USO E MELHORIA DA QUAL	1.016,1	1.016,1	729,9	729,9
00V1 - AMPLIACAO DO ACESSO AO CREDITO PARA INVESTIMENTOS EM REDES D	526,8	-	-	-
3 - Discricionárias PAC	30,0	30,0	30,0	30,0
00TY - SUBVENCAO ECONOMICA A PROJETOS DE EXPANSAO, DE USO E DE MELH	30,0	30,0	30,0	30,0
Total Geral	2.075,4	1.421,2	1.135,0	1.135,0

Fonte: CGOF. Legenda: em reais(R\$).

A execução financeira dos fundos setoriais evidencia o papel estruturante do FUST e do FUNTTEL no financiamento das políticas públicas de telecomunicações e inovação tecnológica.

Em 2025, o FUNTTEL apresentou dotação atualizada de R\$ 502,5 milhões, com R\$ 375,1 milhões empenhados, liquidados e pagos. A maior parte da execução concentrou-se em despesas financeiras voltadas ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico, além de recursos discricionários destinados à política produtiva e inovação.*

A aplicação de recursos reembolsável aumentou de R\$ 327,8 milhões em 2024 milhões para R\$ 362,1 milhões em 2025. Esse aumento já era esperado por conta do aumento das receitas de amortização de empréstimos, pois a cada ano dois contratos de empréstimo (um do BNDES e um da Finep) encerram o período de carência e entram em período de pagamento.

Quanto à aplicação não reembolsável, em 2025, toda a dotação atualizada, no valor de R\$ 13 milhões, foi empenhada, liquidada e paga. Mais informações sobre o Funttel podem ser obtidas na seção 3.4 – Resumo dos resultados dos programas e projetos estratégicos ou na página do MCom: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades>

O FUST, por sua vez, registrou dotação atualizada de R\$ 1,57 bilhão, com R\$ 1,04 bilhão empenhados e R\$ 759,9 milhões liquidados e pagos. Destacam-se as despesas financeiras voltadas ao financiamento da expansão e melhoria da infraestrutura de telecomunicações e as ações vinculadas ao PAC, direcionadas à subvenção econômica para projetos de conectividade.

*A dotação orçamentária de R\$ 489 milhões para aplicação reembolsável (despesa financeira) não foi executada na sua integralidade por insuficiência de fonte, já que esse valor constante da lei orçamentária anual não refletiu as estimativas de receita do Fundo.

Da mesma forma que em 2024, a totalidade dos recursos de 2025 foi empenhada. O orçamento de 2025 foi 16% superior ao orçamento de 2024. Cabe salientar que a disponibilização de recursos ao Fust varia anualmente conforme a arrecadação do Fundo. Todas as informações sobre o Fust podem ser acessadas na página do MCOM destinada ao fundo, disponível em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/assuntos/fust>.

4.3. Principais fatos contábeis e situação financeira em 2025

Um dos principais fatos contábeis ocorreu na comparação entre o 4º trimestre de 2025 e o mesmo período de 2024. Constata-se que os saldos apresentaram um aumento de 42,11%, o qual se deve, em grande parte, aos lançamentos da conta contábil Valorização e Ganhos com Ativo e Desincorporação de Passivos. Tal variação decorre da saída da Telebras (UG/Gestão 242160/24216) em setembro de 2025, quando se iniciou o processo de transição da condição de dependente para a de não dependente do Orçamento Geral da União. Esse processo cumpre a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.080/24, o Decreto nº 12.500/2025 e a Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57/2025, instrumentos pelos quais foram firmados o Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira (PSEF) e o Contrato de Gestão junto ao Ministério das Comunicações, conforme o quadro descrito abaixo:

Quadro 1. Valores do Balanço Patrimonial 2025 (Valores em R\$ Milhões)

Descrição	Telebras		MCOM (consolidado)		Análise Horizontal % (consolidada) 2024/2025
	2025	2024	2025	2024	
Ativo					
Ativo Circulante	0,00	1.968,1	3.110,4	5.504,0	-43
Ativo não Circulante	0,00	2.188,0	101.957,0	96.614,4	5
Passivo Circulante					
Passivo Circulante	0,00	234.365,6	467,1	1.241,8	-62
Passivo não Circulante					
Passivo não Circulante	0,00	2.559,3	4.160,0	6.719,3	-38

Fonte: SIAFI, 2025.

Destacamos que um dos principais fatos contábeis relativos à disponibilidade de recursos financeiros a curto prazo refere-se à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O montante, de pouco mais de R\$ 2,6 bilhões (fonte 3050000009 e vinculação 310), trata-se de recursos financeiros vinculados, destinados ao pagamento de despesas com pessoal e outros passivos financeiros dela decorrentes.

O Ativo Realizável a Longo Prazo representa 99% de todo o Ativo Não Circulante. Salienta-se que os valores dos Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo permaneceram estáveis no fechamento do exercício de 2025, totalizando R\$ 8,9 bilhões nas contas contábeis da Anatel, Fistel e Fust. Tais registros referem-se aos ajustes de perdas da dívida ativa não tributária (Multa LGT, ônus contratual, outorga de serviços de telecomunicações, FDD – Reparação a consumidores dos serviços de telecomunicações e contribuição FUST).

Quanto ao Passivo Circulante e Não Circulante, o maior saldo no encerramento do exercício de 2025 foi registrado no Passivo Não Circulante. Esse resultado deveu-se às provisões a longo prazo (provisões para perdas judiciais e administrativas) em decorrência da provável legitimidade da cobrança da taxa de telecomunicações, cujo valor registrado pela Anatel foi de R\$ 4,1 bilhões.

A conta contábil de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas representa 17,39% do total das VPAs. Comparado ao saldo final de 2024, o montante atual aumentou 48,92%, acréscimo este relacionado ao registro da Reversão de Ajustes com Perdas pelo reconhecimento e/ou reversão das perdas estimadas dos créditos não tributários a receber do Fistel (referentes a: Multas Prev. LGT, Ônus Contratual, Outorgas, Certificados e outros fundos como Fust e Anatel).

O quadro na página seguinte apresenta as composições das VPA's do MCom

Quadro 2. Composição das VPAs (Valores em R\$ Milhões)

Descrição	2025	2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.431,3	3.033,0
Contribuições	1.587,2	1.798,7
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.370,7	4.796,6
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	820,2	1.746,8
Transferências e Delegações Recebidas	5.996,3	3.777,1
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação Passivos	8.585,0	103,5
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.010,0	5.010,4
Total	28.800,9	20.266,3

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais, 2025.

Além disso, cabe destacar as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que representam 5,5% do total, o equivalente a R\$ 1.5 bilhão. Desse montante, R\$ 482.5 milhões foram contabilizados pelo Funttel, R\$ 662,0 milhões pelo Fust e o saldo remanescente, de R\$ 440.2 milhões foi registrado pela Anatel.

A variação patrimonial aumentativa (VPA) do Fust, no encerramento do exercício de 2025, foi de R\$ 691.0 milhões. Esse valor representa quase a totalidade dos registros contábeis realizados (84,24%) e refere-se a juros e encargos de mora sobre crédito tributário. Adicionalmente, as CIDEs representaram 5,51% do total da VPA do fundo, além de outras receitas previstas na Lei nº 9.998/2000, tendo como principais fontes:

- 50% das receitas de outorga de concessões, permissões e autorizações de uso de radiofrequências e as decorrentes de multas previstas na LGT, até o limite máximo anual de R\$ 700 milhões (Incisos II e III do art. 6º da Lei 9.998/2000);
- 1% da receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluindo-se o ICMS, o PIS e a Cofins (Inciso IV do art. 6º da Lei 9.998/2000).

O Funttel registrou, em suas contas de Variações Patrimoniais Aumentativas, o valor de R\$ 1.0 bilhão. Deste total, destacam-se as CIDEs, que denotam 30,39% do grupo (R\$ 482.5 milhões). A CIDE representa 0,5% da receita bruta das empresas prestadoras de

serviços de telecomunicações. Os valores arrecadados pelo referido fundo são destinados ao desenvolvimento tecnológico do setor, por meio de projetos como o Conecta Brasil. Parte específica desses recursos é reservada à preservação da capacidade de pesquisa do CPqD, por força dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 10.052/2000 e do art. 190 da Lei nº 9.472/1997.

As principais fontes de suas receitas são:

- Contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, excluindo-se as vendas canceladas, os descontos concedidos, o ICMS, o PIS e a Cofins (Inciso III do art. 4º da Lei nº 10.052/2000);
- Contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas (Inciso IV do art. 4º da Lei nº 10.052/2000);
- Rendimento de aplicações do próprio Fundo (Inciso V do art. 4º da Lei nº 10.052/2000);
- Remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores (Inciso VI do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).

4.4. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Controladoria-Geral da União

No âmbito das fiscalizações realizadas pela Controladoria-Geral da União durante o exercício de 2025, não houve publicação de relatórios relativos ao MCom.

Contudo, encontram-se em monitoramento de recomendações as avaliações abaixo relacionadas. O acesso integral a essas auditorias, bem como aos respectivos relatórios e informações atualizadas, pode ser realizado por meio de um único link:

[Relatório da Controladoria-Geral da União — Ministério das Comunicações](#)

Relatório de Avaliação - Adoção de boas práticas regulatórias em órgãos e entidades reguladores federais

Órgãos: Diversos órgãos e entidades reguladores federais

Unidade Examinada: Agência Nacional de Telecomunicações e Ministério das Comunicações

Relatório de Avaliação: 1356595

Recomendações: Foram direcionadas três recomendações ao MCom, as quais foram implementadas e aguarda-se a conclusão do monitoramento por parte da equipe de auditoria da CGU.

Relatório de Avaliação das redes de comunicação de dados do governo federal

Órgãos: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério das Comunicações

Unidades Examinadas: Secretaria de Governo Digital (SGD) e Secretaria de Telecomunicações (Setel)

Relatório de Avaliação: 1344586

Recomendações: Foram direcionadas 3 recomendações ao MCOM, as quais foram implementadas, aguardando-se a conclusão do monitoramento por parte da equipe de auditoria da CGU.

Relatório de Avaliação Conselho Gestor do Fundo Tecnológico das Comunicações (CGFUNTTEL) – Exercício 2023

Órgão: Ministério das Comunicações

Unidade Examinada: Conselho Gestor do Fundo Tecnológico das Comunicações (CGFUNTTEL)

Relatório de Avaliação: 1092238

Recomendações: Das oito recomendações emitidas pela CGU, cinco foram atendidas e a previsão de conclusão das três restantes é até dezembro de 2026.

Relatório de Avaliação - CMAP - Avaliação do Programa Wi-Fi Brasil

Órgão: Ministério das Comunicações

Unidade Examinada: Secretaria de Telecomunicações - SETEL

Relatório de Avaliação: 1889496 - Coordenado pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA).

Recomendações: Foram emitidas cinco recomendações ao MCom, cujo prazo de atendimento está vigente e o órgão de controle interno monitora seu cumprimento.

4.5. Locais de acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas

O acesso às demonstrações contábeis e notas explicativas é realizado pelo site institucional do Ministério das Comunicações, clicando [aqui](#).

4.6. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis

A base para a preparação das demonstrações e das práticas contábeis do MCom está em conformidade com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (NBC TSP Estrutura Conceitual). Cumpre destacar que os relatórios contábeis são instrumentos de transparência e controle social; portanto, foram elaborados sob essa premissa.

Além das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG) observam a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o Decreto nº 93.872/1986, que dispõe sobre a unificação do Caixa da União. Adicionalmente, seguem as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Plano de Contas Aplicado

ao Setor Público (PCASP) e do Manual SIAFI. As demonstrações são constituídas por dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), consolidados no nível de órgão superior.

Compõem as demonstrações contábeis deste Ministério: o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas, conforme estabelecido pela legislação vigente e pelas normas aplicáveis ao setor público.



ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

ANEXO 1 – GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no MCom, em 2025, esteve orientada ao fortalecimento da capacidade institucional, à valorização da força de trabalho e à melhoria contínua da qualidade das entregas, alinhando-se às diretrizes de gestão por resultados, transformação digital e promoção do bem-estar organizacional.

Programa de Gestão e Desempenho (PGD)

Em 2025, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas concluiu o primeiro ciclo do Programa de Gestão e Desempenho (2024–2025), instituído no âmbito do Ministério, observando o limite de participação de até 75% da força de trabalho na modalidade de teletrabalho.

No processo seletivo do ciclo:

- 409 servidores e estagiários foram habilitados;
- 212 selecionados para teletrabalho integral;
- 197 para teletrabalho parcial;
- 53 habilitados para a modalidade presencial.

O programa tem como finalidade promover gestão orientada a resultados, otimização do uso de recursos, estímulo à inovação e atração e retenção de talentos, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços públicos.

Para entender o programa, é importante destacar 2 conceitos:

- **Plano de Trabalho:** instrumento de gestão que tem por objetivo alocar o percentual da carga horária do servidor disponível no período, de forma a contribuir direta ou indiretamente para o plano e as entregas da unidade.
- **Plano de Entrega da Unidade:** instrumento de gestão que tem por objetivo planejar as entregas da unidade de execução, contendo suas metas, prazo, demandantes e destinatários.

A análise dos resultados do ciclo evidencia elevado grau de execução:

- 3.118 planos de trabalho pactuados nas unidades SEXEC, SERAD e SETEL;
- 2.839 executados conforme diretrizes e prazos estabelecidos.

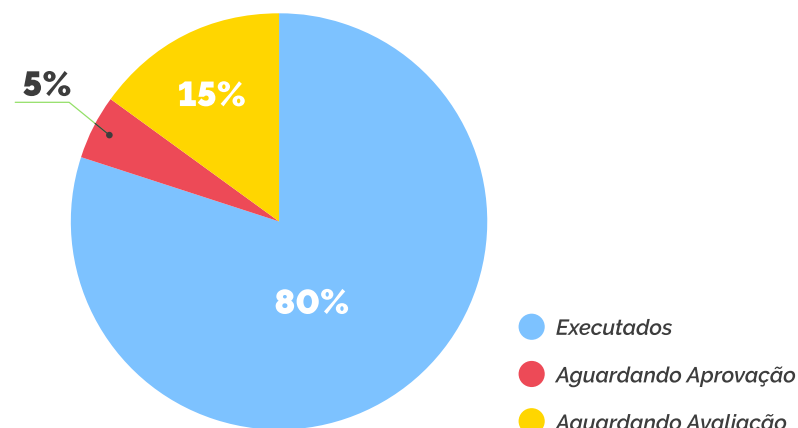
Conforme gráficos abaixo, na Secretaria-Executiva, dos 1.030 planos pactuados, 80% foram executados, 15% encontram-se pendentes de avaliação e 5% aguardam aprovação superior.

Na SERAD, dos 1.714 planos, 98% foram executados.

Na SETEL, dos 374 planos, 90% foram executados.

Status dos Planos de Trabalho (SEXEC)

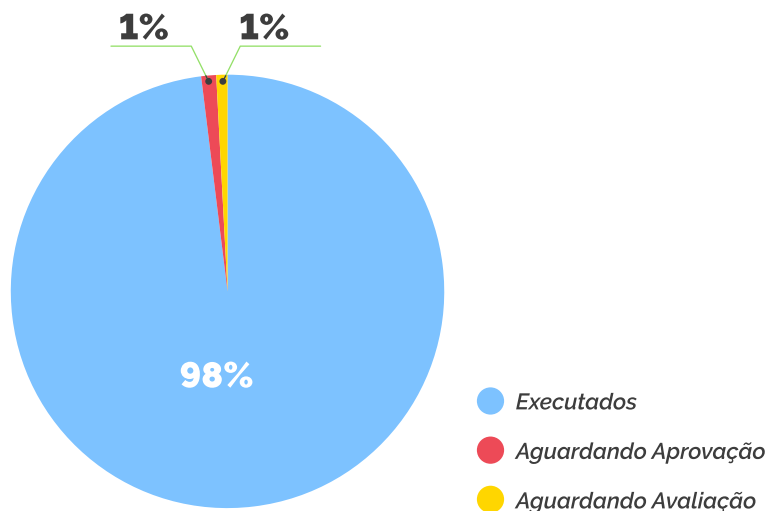
1030 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

Status dos Planos de Trabalho (SERAD)

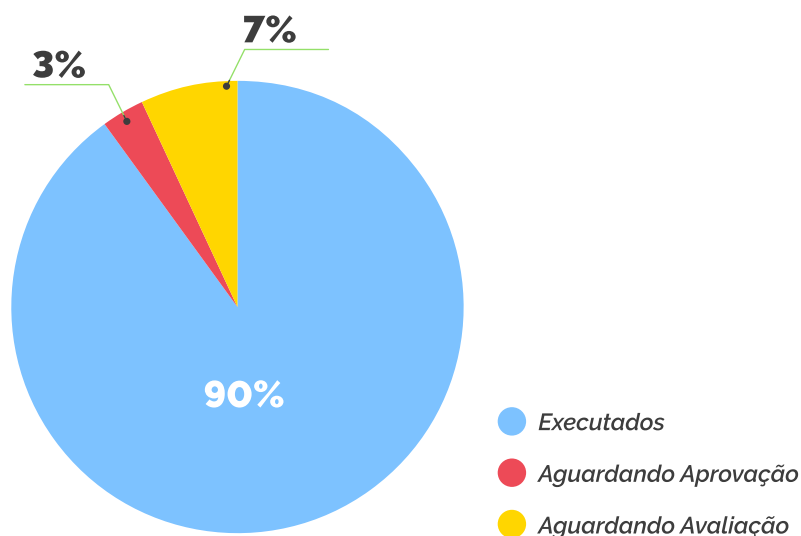
1714 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

Status dos Planos de Trabalho (SETEL)

374 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

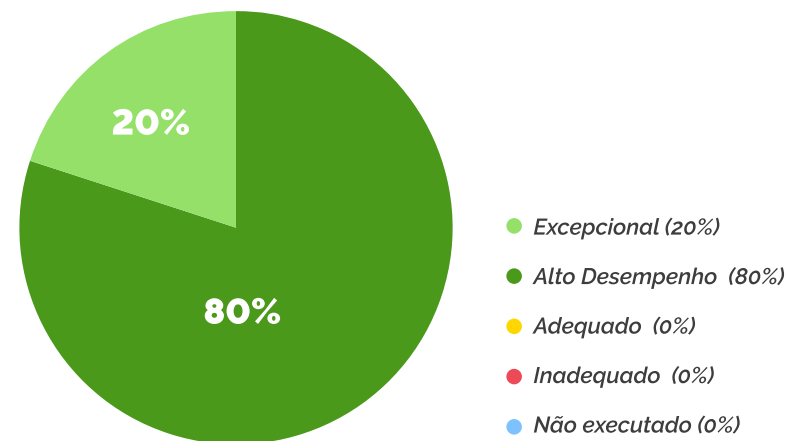
Quanto aos Planos de Entregas das unidades:

- SEEXEC: 80% classificados como Alto Desempenho e 20% como Excepcional;
- SERAD: 73% Alto Desempenho e 27% Excepcional;
- SETEL: 67% Alto Desempenho e 33% Excepcional.

No conjunto das unidades, dos 31 planos de entregas pactuados, 23 obtiveram avaliação de Alto Desempenho e 8 foram classificados como Excepcionais, evidenciando coerência entre planejamento e execução, adequada alocação de horas de trabalho e melhoria da produtividade institucional. Veja mais detalhes no gráficos abaixo.

Distribuição das avaliações dos Planos de Entregas (SEEXEC)

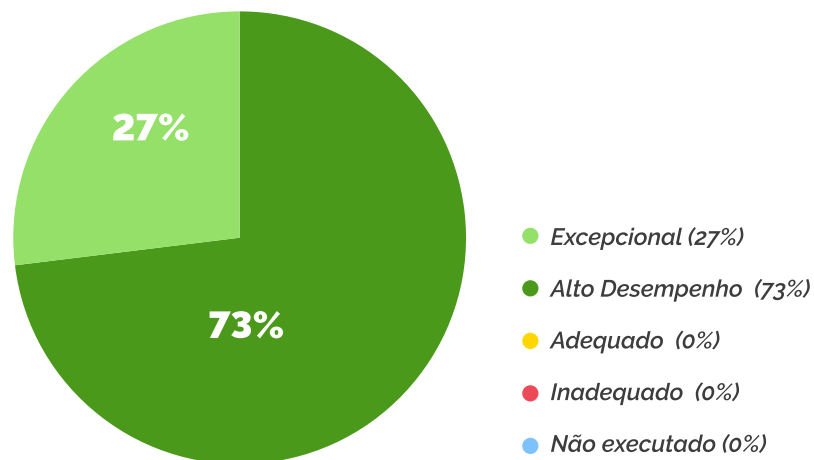
11 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

Distribuição das avaliações dos Planos de Entregas (SERAD)

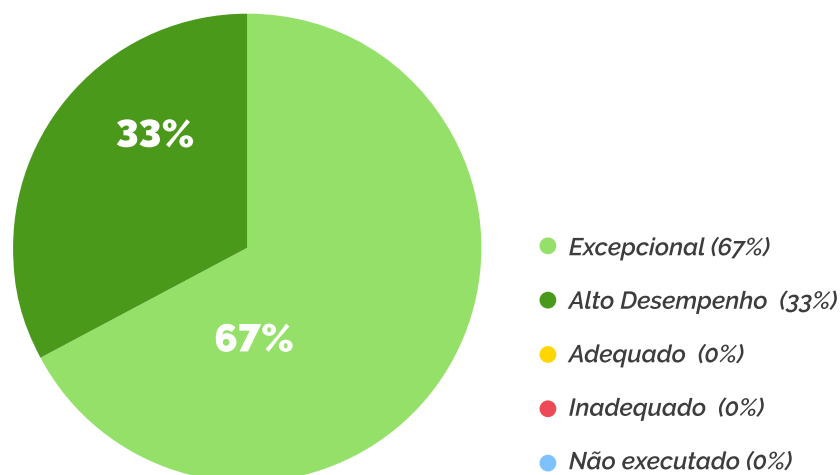
14 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

Distribuição das avaliações dos Planos de Entregas (SETEL)

6 Planos de trabalho pactuados



Fonte: PETRVS/CODEP/CGGP

Qualidade de Vida no Trabalho

No exercício, foram realizadas 25 ações de Qualidade de Vida no Trabalho, voltadas à promoção da saúde, inclusão e valorização institucional, incluindo campanhas de saúde mental, diversidade, prevenção de doenças, ações solidárias e atividades de integração organizacional.

As iniciativas ocorreram, em grande parte, em parceria com outros ministérios, fortalecendo o ambiente colaborativo e contribuindo para um contexto institucional mais saudável, motivador e alinhado às práticas contemporâneas de gestão de pessoas.

Força de trabalho e contratação temporária

O Ministério mantém histórico de utilização de contratações temporárias para suprimento de necessidades técnicas especializadas. Em 2021, foi autorizado processo seletivo simplificado para 217 vagas de nível superior, destinadas a áreas estratégicas.

Em 2025, registrou-se redução no quantitativo de contratados temporários:

- 88 vínculos no início do exercício;
- 63 vínculos ao final do ano.

A redução decorreu, sobretudo, da elevada rotatividade associada à aprovação desses profissionais em concursos públicos realizados em 2024 e 2025, impactando a retenção até o término previsto dos contratos.

Adicionalmente, a inexistência de cadastro de reserva no processo seletivo simplificado e a ausência de autorização para realização de concurso público dificultaram a recomposição da força de trabalho.

Com vistas à mitigação desse cenário, o Ministério vem demandando autorização para realização de concurso público junto ao órgão

central de gestão de pessoas, incluindo solicitação específica para provimento de vagas de Analista Técnico-Administrativo. Até o encerramento do exercício, os pleitos permaneciam em análise.

alinhada à modernização administrativa e comprometida com a valorização dos servidores e a melhoria contínua dos serviços públicos.

Desempenho institucional e gestão por resultados

Os resultados observados no PGD evidenciam avanço na gestão orientada a resultados e no monitoramento das entregas institucionais, com impactos positivos na produtividade, na eficiência operacional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A articulação entre planos de trabalho e planos de entregas demonstrou:

- maior celeridade na execução das atividades;
- aprimoramento da gestão de desempenho;
- otimização do uso de recursos humanos;
- fortalecimento da cultura de planejamento e monitoramento.

Desafios e perspectivas

Persistem desafios estruturais relacionados à recomposição da força de trabalho, à retenção de profissionais qualificados e à ampliação da capacidade institucional frente às demandas crescentes do setor.

Como perspectivas, destacam-se:

- continuidade do aperfeiçoamento do Programa de Gestão e Desempenho;
- fortalecimento de ações de qualidade de vida e bem-estar organizacional;
- ampliação da capacitação e desenvolvimento profissional;
- esforços institucionais para autorização de concursos e recomposição do quadro efetivo.

De forma geral, as iniciativas implementadas em 2025 contribuirão para consolidar uma gestão de pessoas orientada a resultados

Anexo 2 – Licitações, contratos, convênios e transferências

1. Gestão de licitações e contratos

No exercício de 2025, a gestão de licitações e contratos do Ministério das Comunicações foi conduzida em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, observando os princípios da legalidade, transparência, eficiência e economicidade. Nesse contexto, pode-se destacar a conclusão do Pregão Eletrônico nº 90010/2025, que originou contratações relevantes voltadas à prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, essenciais à manutenção das atividades institucionais e ao funcionamento regular das unidades administrativas e finalísticas.

A atuação institucional priorizou o planejamento das contratações, o acompanhamento sistemático da execução contratual e a mitigação de riscos operacionais e jurídicos.

2. Contratos operacionais de maior materialidade

Os contratos abaixo especificados são oriundos do do Pregão Eletrônico nº 90010/2025, o qual foi estruturado com base em planejamento prévio das necessidades institucionais e conduzido em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, adotando-se critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto e fechado. O pregão resultou na celebração dos Contratos nº 17/2025, 01/2026 e 02/2026, que reorganizaram os serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional sob uma estrutura contratual mais racionalizada e alinhada às necessidades atuais do Ministério.

2.1 Síntese dos contratos administrativos relevantes

Contrato	Empresa	Objeto	Vigência	Valor inicial
17/2025	G&E Serviços Terceirizados Ltda.	Apoio administrativo e operacional	26/12/2025 a 25/12/2026	R\$ 26.469.331,10
01/2026	G&E Serviços Terceirizados Ltda.	Secretariado executivo	21/01/2026 a 20/01/2027	R\$ 10.578.601,15
02/2026	G&E Serviços Terceirizados Ltda.	Apoio administrativo (auxiliar, assistente e técnico)	21/01/2026 a 20/01/2027	R\$ 20.483.603,01

Fonte: CGRL

Contrato Administrativo nº 17/2025

O contrato supracitado assegura a prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, em caráter contínuo e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sucedeu o Contrato nº 27/2024, visto o desinteresse de prorrogação da empresa contratada anteriormente.

Cumprir destacar que os colaboradores vinculados ao contrato anterior foram absorvidos pela empresa vencedora, em observância à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (Sindiserviços-DF), o que levou a ampliação do quantitativo de 54 para 60 postos de trabalho.

Contrato Administrativo nº 01/2026

O Contrato nº 01/2026 contempla os postos de Secretária Executiva anteriormente vinculados ao Contrato nº 65/2021, de forma a assegurar a continuidade do suporte administrativo às unidades do Ministério. Cumprir informar que, ao término do contrato anterior, encontravam-se alocados 38 profissionais e que com a nova contratação, o quantitativo foi ampliado para 40 postos de trabalho.

Contrato Administrativo nº 02/2026

O Contrato Administrativo nº 02/2026 contemplou a absorção dos postos de Auxiliar Administrativo e Assistente Administrativo anteriormente vinculados ao Contrato nº 65/2021.

Destaca-se que, na reestruturação promovida pelo novo certame,

o cargo de Técnico em Secretariado deixou de compor a estrutura contratual, cargo este que teve suas atribuições redistribuídas conforme a reorganização dos postos previstos no novo instrumento.

A transição observou a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 do Sindiserviços-DF, com absorção da força de trabalho pela empresa vencedora, de forma a garantir a estabilidade na prestação dos serviços e mitigação de riscos de descontinuidade administrativa.

2.2 Estrutura de pessoal vinculada

Contrato	Cargos ocupados (jan/2026)	Dispêndio anual estimado
17/2025	60	R\$ 10.576.904,52
01/2026	40	R\$ 7.052.401,20
02/2026	191	R\$ 16.567.209,23

Fonte: CGRL

Cumprir destacar que, embora os Contratos nº 17/2025, 01/2026 e 02/2026, todos oriundos do Pregão em apreço, tenham iniciado vigência em dezembro de 2025 e janeiro de 2026, respectivamente, justifica-se sua inclusão no presente Relatório ao fato de que todos os trâmites administrativos relacionados ao planejamento da contratação, elaboração do Termo de Referência, publicação do edital, fase competitiva, julgamento das propostas, habilitação e adjudicação foram realizados no referido exercício, o que configura ato relevante do período.

É relevante informar que se encontra previsto a repactuação contratual vinculada a acordos coletivos de trabalho, com estimativa histórica de reajuste anual aproximado de 10%.

3. Contratos de comunicação institucional e publicidade

No exercício de 2024, o Ministério das Comunicações realizou três concorrências voltadas à contratação de serviços de comunicação institucional, que resultaram na celebração de contratos no montante total de R\$ 53.433.475,36.

Tais procedimentos deram origem aos instrumentos contratuais que permaneceram vigentes ao longo do exercício de 2025, conforme discriminado a seguir:

3.1 Síntese dos contratos

Contrato	Empresa	Objeto	Vigência	Valor inicial
21/2024	Vertex Comunicação e Planejamento Ltda.	Comunicação institucional	até 22/11/2026	R\$ 17.560.116,63
18/2024	FLD S.A.	Comunicação digital	até 08/11/2026	R\$ 15.252.197,75
24/2024	Caveat Comunicação Ltda.	Publicidade institucional	até 19/12/2026	R\$ 25.000.000,00
25/2024	Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda.	Publicidade institucional	até 20/12/2026	R\$ 25.000.000,00

Fonte: CGRL

Esses instrumentos contribuem para a divulgação de políticas públicas, fortalecimento da transparência e relacionamento institucional com a sociedade.

4. Consolidado de valores contratuais

4.1 Contratos de terceirização administrativa

Categoria	Valor global
Apoio administrativo e operacional	R\$ 26.469.331,10
Secretariado executivo	R\$ 10.578.601,15
Apoio administrativo especializado	R\$ 20.483.603,01
Total	R\$ 57.531.535,26

Fonte: CGRL

4.2 Contratos de comunicação institucional

Categoria	Valor global
Comunicação institucional	R\$ 17.560.116,63
Comunicação digital	R\$ 15.252.197,75
Publicidade institucional	R\$ 50.000.000,00
Total	R\$ 82.812.314,38

Fonte: CGRL

5. Conformidade legal e mecanismos de controle

A gestão das contratações observou:

- planejamento e formalização dos processos licitatórios;
- análise técnica e jurídica;
- monitoramento da execução contratual;
- observância à legislação trabalhista e convenções coletivas;
- repactuações conforme normativos vigentes.

Tais medidas contribuíram para a continuidade dos serviços, segurança jurídica e mitigação de riscos operacionais.

6. Convênios e transferências

As informações detalhadas relativas a convênios e transferências executados pelo Ministério das Comunicações encontram-se disponíveis para consulta pública no [portal institucional](#).

Os instrumentos celebrados contribuem para a execução descentralizada de políticas públicas, expansão da infraestrutura de comunicações e promoção da inclusão digital.

7. Transparência e acesso às informações

Informações adicionais sobre licitações e contratos podem ser consultadas clicando [aqui](#). A disponibilização pública desses dados reforça os princípios de transparência, controle social e accountability.

8. Desafios e perspectivas

Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- aprimoramento do planejamento das contratações;
- fortalecimento do monitoramento da execução contratual;
- otimização da alocação de recursos;
- integração entre planejamento estratégico e contratações.

Como perspectivas institucionais:

- fortalecimento da governança das contratações;

- ampliação da gestão por resultados;
- padronização de processos;
- melhoria contínua da qualidade do gasto público.

Anexo 3 - Resultados Governança das Entidades Vinculadas

EIXO	Serviços Postais	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos a toda a sociedade	Percentual de posições de atendimento disponíveis	Unidade	100%	99,21%	99,21%	A ECT informou que o desempenho global do indicador foi prejudicado por limitações de efetivo, restrições orçamentárias e fatores conjunturais, que afetam diretamente o funcionamento regular das unidades de atendimento, tais como: fechamento de unidades do tipo Agência Comunitária - AGC, em razão do encerramento dos contratos com as prefeituras, ou ainda devido a execução de ações de despejo, associadas à impossibilidade de manutenção dos pontos de atendimento.
		Percentual de Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes atendidos com Entrega Postal	Unidade	96%	92,26%	96,12%	A ECT informou que o principal motivo indicado para o não atendimento da meta foi a regressão de modalidade de entrega, ou seja, de Distribuição Domiciliária para Caixa Postal Comunitária - CPC ou para Entrega Interna (Retirada de Objetos pelo Destinatário dentro do Distrito ou fora do Distrito). Também foram apontadas limitações estruturais e operacionais que afetaram o atendimento da meta, das quais se destacam: distâncias elevadas entre distritos e unidades operacionais da ECT; acesso exclusivo por modal fluvial, sem oferta de transporte regular; resistência ou desinteresse de Prefeituras na manutenção ou celebração de convênios; e atrasos em reformas de imóveis destinadas à instalação de novas unidades.
		Percentual de entrega de Carta e Cartão-Postal (simples e registrado) no prazo	%	93%	89,76%	96,52%	A ECT indica que, a partir de março/2025, questões de ordem financeira resultaram em pagamentos parciais a principais fornecedores da área de operações, tais como: empresas transportadoras, fornecedores de mão de obra terceirizada, combustível, manutenção de veículos, dentre outras obrigações. Como consequência, a regularidade do fluxo operacional foi impactada ocasionando reflexos nos indicadores de qualidade. Também relata a manutenção dos resultados de não qualidade descolados da meta, causados pelo aumento da carga no fluxo a partir da 2ª quinzena de novembro/2025, aliada a falta de capacidade produtiva (efetivo terceirizado) nas etapas dos processos de tratamento e distribuição, somada, principalmente, ao movimento de greve ocorrido no referido mês. Tais fatores comprometeram sobremaneira a regularidade da capacidade.
		Percentual de entrega de Impresso (simples e registrado) no prazo	%	93%	91,54%	98,43%	
		Percentual de entrega de Encomenda Não Urgente (sem valor declarado) no prazo	Unidade	95%	90,51%	95,27%	
		Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) - Escopos 1 e 2	tCO2e	2855,05	12077,33	423,02%	Metas definidas pela Portaria MCOM 15.441, de 9 de dezembro de 2024. Resultados parciais, referentes ao 1º Semestre/2025, comparados aos valores definidos para a meta anual. Em função dos avanços na gestão ambiental adotada pela ECT, tudo indica que a empresa, possivelmente, superará à meta anual. Como justificativa em direção à superação das metas apresentou-se que foram adotadas diversas medidas corretivas e estruturantes, como a ampliação da autogestão da energia por meio de usinas fotovoltaicas, a implementação de sistemas de gestão energética, o incentivo do uso de etanol na frota própria e a participação de programas de eletrificação de veículos.
		Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) - Escopos 1, 2 e 3	tCO2e	9700,33	74495,43	767,97%	
		Satisfação com a Rede de Atendimento	Pontuação	9,1	9,3	102,20%	Meta definida pela Portaria MCOM 15.441, de 9 de dezembro de 2024. Resultado referente à média anual. Cerca de 303 mil clientes responderam às pesquisas ao longo do ano, sendo a meta superada ou atingida em todos os meses. Os clientes, em sua maioria, ressaltaram a qualidade do atendimento prestado, enaltecendo a cordialidade, prestatividade e rapidez do atendimento.

Anexo 4 - Tabela de Riscos Estratégicos

Unidade responsável	Objetivo estratégico	Risco	Nível
SEVI	Aprimorar e evoluir a Governança	Rescisão unilateral do contrato por motivação política	Extremo
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Incidentes durante a migração do sistema SUPER	Extremo
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Estimativa inadequada de preços de bens e serviços de TIC	Extremo
SERAD	Promover a expansão da oferta de serviços de rádio e TV aberta	Morosidade para conclusão dos processos de outorga	Alto
SETEL	Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Falta de materiais encaminhados para desfazimento pelos órgãos do executivo federal	Alto
SETEL	Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Não aprovação de Licenciamento e Autorizações de órgãos Municipais, Estaduais e Federais	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Desligamento e evasão de colaboradores da CGTI	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Incapacidade de atendimento às demandas de sustentação de sistemas	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Erros e omissões na fiscalização e gestão contratual de TIC	Alto
SEVI	Aprimorar e evoluir a Governança	Ineficiência no acompanhamento do Contrato de Gestão da Telebras	Alto
SEVI	Aprimorar e evoluir a Governança	Comunicação inadequada sobre riscos à sustentabilidade econômico-financeira	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Disponibilização indevida de informações restritas ou sigilosas	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Incidente cibernético com indisponibilidade de serviços críticos	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Acesso não autorizado e vazamento de dados pessoais	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Baixa capacidade de detecção e resposta a incidentes de segurança	Alto
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Descumprimento de níveis mínimos de serviços contratados	Alto
ASPAD	Promover a participação e representação social	Baixo conhecimento sobre as possibilidades de participação social no MCom	Médio
SPOA	Aprimorar e evoluir a Governança	Força de trabalho inadequada para a demanda do MCom	Médio
SPOA	Aprimorar e evoluir a Governança	Erros e omissões na fiscalização e gestão contratual e patrimonial	Médio
SPOA	Aprimorar e evoluir a Governança	Perda dos dados dos planos de gestão de riscos	Médio
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Falta de comprometimento das áreas na execução de planos institucionais	Médio
SETEL	Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade	Falta de interesse da população nos cursos oferecidos	Médio
SEVI	Promover a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos a toda a sociedade	Falhas no fluxo de monitoramento das metas de universalização postal	Médio
SEVI	Aprimorar e evoluir a Governança	Descumprimento de requisitos legais de transparência quanto aos resultados do contrato	Médio
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Indisponibilidade de sistema computacional crítico	Médio
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Perda de informações dos serviços de suporte de TI	Médio
SPOA	Aprimorar e evoluir a Governança	Indisponibilidade orçamentária e financeira	Baixo
SERAD	Estimular o desenvolvimento de inovações e novas tecnologias que favoreçam a transformação do setor de radiodifusão brasileiro	Falta/insuficiência de recurso para início ou continuidade de projetos de inovações e novas tecnologias	Baixo
SETEL	Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações	Frustração de receitas da contribuição para o Funttel	Baixo
SETEL	Promover a inclusão digital e a conectividade significativa	Operação de empresas regionais com margens financeiras inadequadas	Baixo
STI	Aprimorar e evoluir a Governança	Parada da rede interna do MCom	Baixo

Anexo 5- Indicadores Estratégicos

INDICADORES E RESULTADOS

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL

EIXO	Conectividade Universal e Significativa	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 01	Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações	Número de pedidos de registros de propriedade intelectual	Percentual	30	47	157%	A meta de 30 pedidos de registro de propriedade intelectual estabelecida para o exercício foi superada em 17 registros, totalizando 47 pedidos em 2025. Tal desempenho decorre da otimização da aplicação dos recursos do Fundo nos projetos de pesquisa apoiados, que resultou no aumento da maturidade tecnológica das soluções desenvolvidas e, conseqüentemente, na ampliação dos pedidos de proteção da propriedade intelectual.
		Número de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em telecomunicações contratados	Unidade	1	1	100%	Destaca-se, ainda, que a meta anual de 30 pedidos de registro, fixada para o quadriênio, foi formulada em cenário de restrição orçamentária, o qual ainda persiste. Registre-se que, na avaliação parcial do PPA 2024-2027, relativa ao primeiro semestre de 2025, foram alcançados 14 pedidos de registro, bem como que, no exercício de 2024, foram apurados 37 pedidos de registro de propriedade intelectual, resultados que corroboram a adequação e a prudência da meta estabelecida.
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 02	"Promover a inclusão digital e a conectividade significativa"	Percentual de pessoas com 10 anos ou mais que são usuárias da internet	Percentual	91,70%	Sem Apuração	Sem Apuração	O resultado de 2025 somente será conhecido com a divulgação do Censo/2025, mais precisamente do módulo PNAD/TIC, que geralmente é publicado em meados do ano subsequente (2026).
		Percentual de escolas conectadas	Percentual	50%	69%	137%	"O resultado alcançado em 2025 foi fruto dos esforços conjuntos entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Educação. Políticas públicas como o programa Aprender Conectado — voltado à ampliação da conectividade nas escolas públicas e decorrente dos compromissos assumidos no Edital do 5G — apresentaram avanços expressivos em suas fases de implementação, com mais de 14 mil escolas conectadas. Além disso, houve a publicação de novos editais do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e progressos significativos na execução dos editais anteriores. Por fim, destaca-se a inclusão de novas escolas oriundas do acordo firmado no contexto do Consenso Oi/V. tal, bem como o acompanhamento de outras políticas públicas no âmbito da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC)."
		Número de infovias entregues	Unidade	3	3	100%	
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 03	"Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade"	"Número de pessoas capacitadas em cursos de TICs"	Unidade	39.069	39.014	99,86%	"Foram capacitadas pelos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) — espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos, para a realização de cursos e oficinas no exercício de 2025, 18.245 pessoas entre elas jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social em cursos voltados para inclusão digital, visando a educação e profissionalização no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse período foram ofertados 71 cursos em 16 eixos diferentes. Além disso, foram capacitados pelo Projeto Carreta Digital 8.418 alunos. O projeto Carreta Digital é uma iniciativa de capacitação itinerante voltada para estudantes de baixa renda, executada pela Organização da Sociedade Civil Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação (RBCIP). O projeto oferece um ambiente imersivo de aprendizado, conhecido como Espaço Maker, equipado com tecnologia de ponta. Esse espaço proporciona uma experiência prática e inovadora, permitindo que os alunos explorem o conhecimento por meio da experimentação e do uso de materiais avançados. A carreta percorre várias escolas da rede pública na capital e em municípios do interior dos estados brasileiros. Os cursos ofertados são voltados para o aprendizado de robótica, montagem e configuração de computadores de alto desempenho (PC Gamer) e manutenção de celulares. A não superação total da meta de pessoas capacitadas em cursos de TICs se dá pelo atraso no repasse de recursos financeiros para os projetos pactuados com os Centros de Recondicionamento de Computadores em 2024 e com o Projeto Carreta Digital. Sendo assim, a meta total do exercício de 2025 é de 39.014 pessoas, considerando a quantidade alcançada em 2024. (18.245+8418+ 12.351)"

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD							
EIXO	Rádio e TV aberta	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 04	"Estimular o desenvolvimento de inovações e novas tecnologias que favoreçam a transformação do setor de radiodifusão brasileiro"	"Percentual de cumprimento da agenda para definição da tecnologia 3.0"	Percentual	100%	Decreto publicado definindo o padrão da próxima geração de TV	100%	
		Percentual de estudo concluído	Percentual	100%	Realizado estudos que foram determinantes para escolha do novo padrão	100%	
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 05	"Promover a expansão da oferta de serviços de rádio e TV aberta"	"Número de novos canais digitais autorizados"	Unidade	350	846	241,71	Houve a superação da meta atingida em razão da consignação de diversos canais para o programa Brasil Digital e com a digitalização de canais analógicos. Em um último esforço, foi reaberto o prazo para as entidades se manifestarem quanto ao interesse na consignação de canal digital nas regiões programadas para o desligamento dos sinais analógicos.
		"Número de outorgas de novos serviços de radiodifusão sonora"	Unidade	300	371	123,66	Com objetivo de acelerar a conclusão das análises, houve uma redistribuição entre os dois departamentos, o que acelerou a conclusão dos pedidos de RTRs.
SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA DAS ENTIDADES VINCULADAS - SEVI							
EIXO	Serviços Postais	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 06	"Promover a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos a toda a sociedade"	Percentual de posições de atendimento disponíveis	%	100%	99,21%	99,21%	A ECT informou que o desempenho global do indicador foi prejudicado por limitações de efetivo, restrições orçamentárias e fatores conjunturais, que afetam diretamente o funcionamento regular das unidades de atendimento, tais como: fechamento de unidades do tipo Agência Comunitária - AGC, em razão do encerramento dos contratos com as prefeituras, ou ainda devido a execução de ações de despejo, associadas à impossibilidade de manutenção dos pontos de atendimento.
		Percentual de Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes atendidos com Entrega Postal	%	96%	92,26%	96,12%	A ECT informou que o principal motivo indicado para o não atendimento da meta foi a regressão de modalidade de entrega, ou seja, de Distribuição Domiciliária para Caixa Postal Comunitária - CPC ou para Entrega Interna (Retirada de Objetos pelo Destinatário dentro do Distrito ou fora do Distrito). Também foram apontadas limitações estruturais e operacionais que afetaram o atendimento da meta, das quais se destacam: distâncias elevadas entre distritos e unidades operacionais da ECT; acesso exclusivo por modal fluvial, sem oferta de transporte regular; resistência ou desinteresse de Prefeituras na manutenção ou celebração de convênios; e atrasos em reformas de imóveis destinadas à instalação de novas unidades.
		Percentual de entrega de Carta e Cartão-Postal (simples e registrado) no prazo	%	93%	89,76%	96,52%	A ECT indica que, a partir de março/2025, questões de ordem financeira resultaram em pagamentos parciais a principais fornecedores da área de operações, tais como: empresas transportadoras, fornecedores de mão de obra terceirizada, combustível, manutenção de veículos, dentre outras obrigações. Como consequência, a regularidade do fluxo operacional foi impactada ocasionando reflexos nos indicadores de qualidade. Também relata a manutenção dos resultados de não qualidade descolados da meta, causados pelo aumento da carga no fluxo a partir da 2ª quinzena de novembro/2025, aliada a falta de capacidade produtiva (efetivo terceirizado) nas etapas dos processos de tratamento e distribuição, somada, principalmente, ao movimento de greve ocorrido no referido mês. Tais fatores comprometeram sobremaneira a regularidade da capacidade.
		Percentual de entrega de Impresso (simples e registrado) no prazo	%	93%	91,54%	98,43%	
		Percentual de entrega de Encomenda Não Urgente (sem valor declarado) no prazo	%	95%	90,51%	95,27%	
		Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) - Escopos 1 e 2	tCO2e	2855,05	12077,33	423,02%	Metas definidas pela Portaria MCOM 15.441, de 9 de dezembro de 2024. Resultados parciais, referentes ao 1º Semestre/2025, comparados aos valores definidos para a meta anual. Em função dos avanços na gestão ambiental adotada pela ECT, tudo indica que a empresa, possivelmente, superará à meta anual. Apresentou-se, como justificativa para a superação em direção, que foram adotadas diversas medidas corretivas e estruturantes, como a ampliação da autogestão da energia por meio de usinas fotovoltaicas, a implementação de sistemas de gestão energética, o incentivo do uso de etanol na frota própria e a participação de programas de eletrificação de veículos.
		Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) - Escopos 1, 2 e 3	tCO2e	9700,33	74495,43	767,97%	

EIXO	Serviços Postais	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 06	"Promover a universalização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços postais básicos a toda a sociedade"	Satisfação com a Rede de Atendimento	Pontuação	9,1	9,3	102,20%	Meta definida pela Portaria MCOM 15.441, de 9 de dezembro de 2024. Resultado referente à média anual. Cerca de 303 mil clientes responderam às pesquisas ao longo do ano, sendo a meta superada ou atingida em todos os meses. Os clientes, em sua maioria, ressaltaram a qualidade do atendimento prestado, enaltecendo a cordialidade, prestatividade e rapidez do atendimento.
UNIDADE SECRETARIA EXECUTIVA - SEEXEC E ACESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE - ASPAD							
EIXO	Governança, Gestão e Sustentabilidade	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 07	Aprimorar e evoluir a Governança	Número IGG Governança MCom	Unidade	95	Sem Apuração	Sem Apuração	O resultado deste indicador tem como fonte o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG), aferido pelo TCU. Em 2025, o TCU não apurou o referido índice, o que prejudicou a aferição do resultado do indicador. Mais informações sobre resultados do índice de governança podem ser obtidas na seção "Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão"
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 08	Promover a participação e representação social	Percentual de mecanismos de participação social disponibilizados e utilizados	Percentual	100%	Disponibilização, operacionalização e utilização dos mecanismos de participação social previstos no planejamento institucional, com atuação da ASPAD na articulação interinstitucional, no apoio a instâncias participativas, em processos de escuta social e na integração da sociedade civil às ações do Ministério das Comunicações ao longo do exercício de 2025.	100%	Não se aplica. A meta foi integralmente alcançada, considerando que os mecanismos de participação social previstos foram disponibilizados e efetivamente utilizados ao longo do exercício de 2025, em consonância com o Objetivo Estratégico OE 08. Exemplos como Rede Equidade, GTs interministeriais, conselhos, consultas públicas e articulação com OSCs.
UNIDADE SECRETARIA EXECUTIVA - SEEXEC							
EIXO	Valorização do Capital Humano	Indicador Estratégico	Unidade	Meta 2025	Resultado 2025	%	Justificativa para não alcance ou superação
OBJETIVO ESTRATÉGICO - OE 09	Valorizar o capital humano	Número de percepção de reconhecimento Número de percepção de pertencimento	Unidade	"4 a 5 pontos de média coletiva"	3,97 Percepção Positiva	79% 82%	O indicador de reconhecimento apresentou média de 3,97, o que corresponde a 79% de alcance em relação à nota máxima, evidenciando avaliação majoritariamente positiva. O alto índice de cooperação e relacionamento interpessoal positivo reforça o sentimento de pertencimento dos colaboradores à unidade.

ANEXO 6 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Conformidade legal

A gestão de Tecnologia da Informação do MCom foi conduzida em conformidade com diretrizes, normas e recomendações do Governo Federal e dos órgãos de controle, com destaque para:

- Portaria nº 778/2019 – implantação da Governança de TIC;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 – contratações de TIC;
- Estratégia Federal de Governo Digital 2024–2027;
- Planejamento Estratégico Institucional 2024–2027;
- Decreto nº 9.203/2017 – Política de Governança;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025–2027.

Em dezembro de 2025, foi aprovado cronograma de revisão do arcabouço normativo para o biênio 2026–2027, contemplando a revisão de 16 normativos e a elaboração de dois novos instrumentos. Mais informações podem ser obtidas aqui: [Dispositivos Normativos/MCom](#).

2. Modelo de governança de TI

O modelo de governança está estruturado nas seguintes instâncias:

- Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CGSP);
- Subcomitê de Segurança da Informação (SINF);
- Subcomitê de Governança de Dados (SGD);
- Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR).

Em 2025 foram aprovados os seguintes planos com vigência 2025-2027:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC);
- Plano de Dados Abertos (PDA);
- Plano de Transformação Digital (PTD).

3. Montante de recursos aplicados em TI

Em 2025, foram aplicados R\$ 20.687.522,00 em ações de TIC, referentes à sustentação e modernização dos serviços tecnológicos, incluindo despesas de custeio e investimento vinculadas aos contratos vigentes.

Montante de Recursos Aplicados em TI (R\$ Milhões)

Grupo de Despesa	Cargos ocupados (jan/2026)	Dispêndio anual estimado
Custeio	R\$ 20.952.390,00	R\$ 20.304.822,00
Investimento	R\$ 382.700,00	R\$ 382.700,00
Total	R\$ 20.952.090,00	R\$ 20.687.522,00

Fonte: SIOF – consulta realizada em 12/fev/2026.

4. Contratações mais relevantes de TI

Contrato	Empresa	Objeto
01/2025	Brasoftware	Licenças Microsoft, banco de dados e BI
06/2025	Central IT	Operação de infraestrutura e suporte a usuários
19/2025	MCR Adobe	Licenças de design gráfico
20/2025	Serpro (Visão)	Sistema de gestão estratégica (SaaS)
21/2025	Serpro	Serviços estratégicos continuados de TIC
22/2025	Blue Eye	Solução EDR de proteção e resposta a incidentes

Fonte: STI/MCom

5. Principais iniciativas e resultados de TI

Destacam-se iniciativas alinhadas à inclusão digital e à conectividade significativa:

- implementação do painel do Programa Computadores para Inclusão;
- automatização da análise de propostas do FUST;
- painel gerencial do Programa 5G, integrado Painel do PAC.

As entregas reforçaram a transparência, a eficiência decisória e a vinculação da TI aos programas sociais e estratégicos do Ministério.

6. Segurança da informação

Em 2025, foram intensificadas ações voltadas ao fortalecimento da segurança da informação e da proteção de dados:

- revisão de normas estratégicas;
- implementação e expansão do PPSI;
- desempenho superior à média dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) nos Índices de Estruturação Básica, de Segurança da Informação (iSeg) e de Privacidade (iPriv);
- consolidação da arquitetura de defesa em profundidade.

Resultados operacionais:

- aproximadamente 120 milhões de eventos analisados;
- cerca de 1.500 ativos monitorados;
- mais de 80 mil vulnerabilidades tratadas;
- adoção do modelo de Confiança Zero e microssegmentação.

7. Metas não alcançadas

No âmbito do PDTIC 2025–2027:

- 76 iniciativas identificadas;
- 35 previstas para 2025;
- 11 concluídas no exercício.

Principais entraves

- não renovação do contrato de fábrica de software;
- insuficiência de quadro próprio de TI;
- impactos da substituição da plataforma de digitalização do Gov.br.

8. Desafios, ações e perspectivas

8.1 Desafios

- fortalecimento da força de trabalho especializada;
- continuidade da transformação digital;
- aprimoramento da segurança da informação;
- evolução da governança de TIC.

8.2 Ações em andamento

- captação de Analistas de TI via CNU;
- adoção de modelo combinado de desenvolvimento (low code/no code e codificação tradicional);
- continuidade da digitalização dos serviços públicos;
- implementação do PPSI 2.0;
- implantação da solução de Data Loss Prevention (DLP).

8.3 Perspectivas

As iniciativas visam fortalecer a governança, reduzir a dependência de terceirizações, elevar a maturidade em segurança da informação e garantir a continuidade da transformação digital do MCom.

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



gov.br/**mcom**

